

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DIEGO GREGORIO PEZONAGA DE QUEIROZ

**Caboclos Ribeirão dos Camargo - Iporanga, São Paulo - A comunidade e seus
desafios na conservação do território**

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DIEGO GREGORIO PEZONAGA DE QUEIROZ

**Caboclos Ribeirão dos Camargo - Iporanga, São Paulo - A comunidade e seus
desafios na conservação do território**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Q3c

Queiroz, Diego Gregório Pezonaga
Caboclos Ribeirão dos Camargos - Iporanga, São
Paulo - A comunidade e seus desafios na conservação
do território / Diego Gregório Pezonaga Queiroz;
orientadora Sueli Angelo Furlan - São Paulo, 2023.
108 f.

- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Turismo de base comunitária. 2. Modo de vida
caboclo. 3. Sistema de agricultura tradicional . 4.
Unidades de conservação. I. Furlan, Sueli Angelo,
orient. II. Título.

Nome: QUEIROZ, Diego Gregorio Pezonaga de

Título: Caboclos Ribeirão dos Camargo - Iporanga, São Paulo - A comunidade e seus desafios na conservação do território

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

Aprovado em: 17/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sueli Angelo Furlan
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Prof. Dra. Valéria de Marcos
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Mestre Mariana Alves Pereira Cristante
Mestre pela Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e a saúde que me deu para enfrentar as batalhas da vida e também vivenciar as coisas boas que me são proporcionadas.

Agradeço de todo o meu coração aos meus pais, por todo amor incondicional, carinho, empenho e dedicação que me criaram, sem medir esforços para que eu me tornasse um ser humano capaz de desenvolver minhas capacidades em cada área da minha vida.

Agradeço imensamente a professora Sueli Angelo Furlan, por seu olhar atento, sua paciência, por estar sempre preocupada em incluir e me auxiliar tanto nessa jornada que foi minha graduação, onde aprendi muito a amar a natureza e enxergar nas comunidades tradicionais uma possibilidade de transformação da relação entre natureza e sociedade.

Agradeço a Dona Dirce, que sempre me recebeu muito bem na comunidade de Ribeirão dos Camargo, com todo o carinho do mundo e foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a todos da comunidade Ribeirão dos Camargo, especialmente o sr. Dito, Geraldo, Douglas, Zé, Zetti, Iracema, Dila, Santino, e muitos outros que sempre me receberam muito bem e contribuíram muito para a realização deste trabalho.

Agradeço também imensamente a minha família, especialmente a minhas tias Sandra, Vera, Ivaneide e meu tio Nilton e meus primos Mirella e Erick, que me ajudaram tanto nos momentos mais difíceis que enfrentei.

Agradeço à minha companheira Thamires por todo o companheirismo, amor e carinho.

Agradeço aos amigos que fiz na graduação, os quais levarei na lembrança para o resto da vida.

Agradeço a presença especial da minha gatinha Marisa, que esteve comigo sempre que eu escrevia esse trabalho, fazendo companhia e me dando carinho e força para seguir em frente.

Agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte dessa bela jornada que estou encerrando com muito orgulho, com fé de que é apenas um passo, que ainda falta muito o que caminhar em busca de novas oportunidades e aprendizado

RESUMO:

QUEIROZ, D. G. P. **Caboclos Ribeirão dos Camargo - Iporanga, São Paulo - A comunidade e seus desafios na conservação do território.** 2023. 113f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Ribeirão dos Camargo é um bairro rural de Iporanga, onde vive uma comunidade tradicional cabocla. Boa parte de seus moradores moram dentro dos limites do Parque Estadual Turístico Alto Ribeira (PETAR). A demarcação do PETAR, na década de 50, afetou diretamente a comunidade, que já habitava aquele local há algumas gerações. Essa demarcação ocorreu sem qualquer tipo de diálogo com os moradores e gerou uma série de impactos na vida das pessoas. Uma reivindicação antiga da comunidade é que seu território deixe de ser um Parque de Proteção Integral e seja demarcado uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). Com base nesse cenário, esse estudo visa fazer um levantamento de dados sobre aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo. Visando contribuir para o planejamento da futura RDS e gestão do território caboclo, baseando-se em seus conhecimentos tradicionais e as atividades que podem contribuir com a valorização de sua cultura, preservando o ambiente em que vivem há gerações.

Palavras chave: Ribeirão dos Camargo, PETAR, Ribeira, caboclos, agricultura, tradicional, turismo, comunitário, roça de *coivara*, caverna, Iporanga, parque, desenvolvimento sustentável, conservação.

ABSTRACT:

QUEIROZ, D. G. P. **Caboclos Ribeirão dos Camargo - The community and its challenges on territorial conservation.** 2023. 113f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Ribeirão dos Camargo is a rural neighborhood in Iporanga, where a traditional caboclo community resides. A significant portion of its residents live within the boundaries of the Alto Ribeira Tourist State Park (PETAR). The demarcation of PETAR, in the 1950s directly affected the community, which had already inhabited the area for several generations. This demarcation occurred without any form of dialogue with the residents and resulted in a series of impacts on people's lives. A long-standing demand of the community is for their territory to cease being a Full Protection Park and instead be designated as an RDS (Sustainable Development Reserve). Based on this scenario, this study aims to conduct a data survey on the economic, social, cultural, and environmental aspects of the caboclo community in Ribeirão dos Camargo. It seeks to contribute to the planning of the future RDS and the management of the caboclo territory, based on their time honored knowledge and activities that can contribute to the appreciation of their culture while preserving the environment in which they have lived for generations.

Keywords: Ribeirão dos Camargos, PETAR, Ribeira, caboclos, agriculture, traditional, tourism, field, swidden agriculture, cave, Iporanga, park, sustainable development, conservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do PETAR

Figura 2 - Esfera de influência do Desenvolvimento sustentável.

Figura 3 - Mapa de localização RDS Mamirauá.

Figura 4 - Artesanato produzido pela comunidade da RDS Puranga Conquista.

Figura 5 - Café da manhã servido aos turistas.

Figura 6 - Nuvem de palavras RDSM

Figura 7 - Nuvem de palavras RDS Puranga Conquista.

Figura 8 - Nuvem de palavras Quilombo Ivaporunduva.

Figura 9 - Nuvem de palavras RDS Quilombos Barra do Turvo

Figura 10 - Nuvem de palavras Ribeirão dos Camargo.

Figura 11 - Registro das placas de energia solar que estão sendo instaladas nas casas dos moradores da comunidade, sendo essa na casa da sra. Dirce Ferreira Lima.

Figura 12 - Registro da antena de internet rural via satélite, instalada na casa da sra. Dirce Ferreira Lima.

Figura 13 - Fogão de lenha típico nas casas dos moradores da comunidade Ribeirão dos Camargo.

Figura 14 - Ponte do Maluf, que dá acesso ao bairro e a sede da associação Rib. dos Camargo, terminada somente até a metade do rio, com a outra parte feita de madeira.

Figura 15 - Continuação da ponte do Maluf, parte de madeira improvisada para acesso de pedestres ao bairro Rib. dos Camargo. Com detalhe para o vão entre as tábuas.

Figura 16 - Parte improvisada da ponte do Maluf, para acesso de pedestres ao bairro. Com detalhe para o apodrecimento das tábuas.

Figura 17 - Sr. Benedito mostrando a situação precária do acesso ao bairro Ribeirão dos Camargo.

Figura 18 - Ponte nova com estrutura de concreto armado que foi iniciada e ainda não concluída.

Figura 19 - Ponte nova com estrutura de concreto armado que foi iniciada e ainda não concluída.

Figura 20 - Calendário agrícola e festividades da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo.

Figura 21 - Exemplo de roça tradicional na comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo.

Figura 22 - Tabela contendo espécies de plantas e seus respectivos usos pela comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo

Figura 23 - Sr. Benedito mostrando sua colheita de bananas.

Figura 24 - Dona Dirce mostrando os legumes (vagem) que cultiva em sua roça tradicional.

Figura 25 - Foto da atividade do dia 20/11/21, conversando para entender a agrobiodiversidade das roças da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo.

Figura 26 - Sr. Benedito mostrando a variedade de bananas cultivadas nas roças tradicionais

Figura 27 - Feijão rosinha, variedade cultivada nas roças tradicionais da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo

Figura 28 - risco a visitação na cavidade da caverna Casa de Pedra, PETAR-SP.

Figura 29 - Imagem do portal da caverna Casa de Pedra, PETAR-SP.

Figura 30 - Imagem do portal da caverna Casa de Pedra, PETAR-SP.

Figura 31 - Pórtico de entrada da caverna Casa de Pedra, considerado um dos maiores do mundo.

Figura 32 - Vista do mirante da caverna Casa de Pedra.

Figura 33 - ressurgência da Caverna Casa de Pedra (gruta Santo Antônio).

Figura 34 - ressurgência da caverna Casa de Pedra (gruta Santo Antônio).

Figura 35 - Espeleotemas encontrados dentro do salão da gruta Santo Antônio.

Figura 36 - Vista de dentro para fora, no interior do salão da gruta Santo Antônio.

Figura 37 - escavação arqueológica no antigo “cemitério” indígena (ao lado da gruta Santo Antônio).

Figura 38 - estratigrafia das camadas de sobreposição do solo, com presença de conchas do megalobulimus no ponto de escavação arqueológica do antigo “cemitério” indígena (ao lado da gruta Santo Antônio).

Figura 39 - estratigrafia das camadas de sobreposição do solo, com presença de conchas do megalobulimus no ponto de escavação arqueológica do antigo “cemitério” indígena (ao lado da gruta Santo Antônio).

Figura 40 - Proposta de caminhamento no interior da caverna Casa de Pedra.

Figura 41 - Remanescentes históricos do lavador de ouro do antigo garimpo Santo Antônio.

Figura 42 - Remanescentes históricos do lavador de ouro do antigo garimpo Santo Antônio.

Figura 43 - moedor de cana movido por tração animal.

Figura 44 - Sr. Benedito ao lado de sua antiga roda de farinha.

Figura 45 - Tacho de cobre utilizado para confecção de doces tradicionais.

Figura 46 - Caldo de cana moído na hora com cana da roça.

Figura 47 - Sr. Hélio mostrando as formas onde são moldados os doces artesanais.

Figura 48 - doce de leite produzido de forma artesanal pelos moradores da comunidade.

Figura 49 - Sr. Santino servindo caldo de cana colhida e moída na hora.

Figura 50 - Pilão tradicional de madeira.

Figura 51 - Exemplo de bangalô rústico.

Figura 52 - Exemplo de jardim filtrante

Figura 53 - Mapa pictórico de roteiro de TBC - Caminhos caboclos na RDS Ribeirão dos Camargo, Iporanga, SP. O mapa possui as localidades dos pontos no parque e suas respectivas imagens.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variedade de frutas, legumes e verduras cultivados pelos moradores da comunidade Ribeirão dos Camargo.

Tabela 2 - Agrobiodiversidade das roças dos moradores da comunidade Rib dos Camargo.

Tabela 3 - Tabela contendo espécies de plantas e seus respectivos usos pela comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo

Tabela 4 - Lista de temperos e plantas medicinais conhecidas e utilizadas pelos moradores da comunidade Rib. dos Camargo.

Tabela 5 - Lista de frutas e legumes cultivados nas roças da comunidade Rib. dos Camargo.

Tabela 6 - Lista de produtos artesanais confeccionados pelos moradores da comunidade do bairro Rib. dos Camargo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	Área de Proteção Ambiental
A.P.	Antes do Presente
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação - Amazonas
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Fig.	Figura
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
ha	Hectare
IBD	Instituto Biodinâmico
ICMbio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socio Ambiental
km	kilômetro
MOJAC	Mosaico do Jacupiranga
nº	Número
nov.	Novembro
NUPAUB	Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

Pág.	Página
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PETAR	Parque Estadual Turístico Alto Ribeira
PSF	Programa Saúde da Família
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RDSM	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
RESEX	Reserva Extrativista
Rib.	Ribeirão
SAT	Sistema Agrícola Tradicional
SCM	Sociedade Civil Mamirauá
Sec.	Século
SEMSA	Secretaria Municipal de Segurança Alimentar - Manaus
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Tab.	Tabela
TBC	Turismo de Base Comunitária
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo
UC	Unidade de Conservação
WWF	<i>World Wild Foundation</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	17
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	18
3.1 Ocupação Histórica do Vale do Ribeira	19
3.2 O Parque Estadual Turístico Alto Ribeira	22
3.3 Caracterização e histórico do bairro rural Ribeirão dos Camargo	23
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E LEGAL	26
4.1 “O mito moderno da natureza intocada”	27
4.2 Marco Legal	28
4.3 Etnoconservação	31
4.4 Sustentabilidade, participação, organização comunitária e desenvolvimento local.	32
4.5 Turismo de Base Comunitária	36
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
6. A GESTÃO DE OUTRAS UCS DE USO SUSTENTÁVEL NO BRASIL E O BAIRRO RIBEIRÃO	42
6.1 RDS MAMIRAUÁ – RDSM.	43
6.2 RDS PURANGA CONQUISTA	45
6.3 QUILOMBO IVAPORUNDUVA	48
6.4 RDS QUILOMBOS BARRA DO TURVO	50
6.5 Relação de aspectos comuns entre as comunidades	52
6.6 Ribeirão dos camargo, aspectos sociais, econômicos e o modo de vida tradicional caboclo.	58
6.6.1 Aspectos Sociais	59
6.6.2 Modo de vida caboclo do bairro Ribeirão dos Camargo.	65
7. SABERES TRADICIONAIS	68
7.1 Agricultura	68
7.1.1 Agrobiodiversidade	70
7.1.2 Etnoconhecimento	73
7.2 Turismo	80
7.2.1 O Turismo de base comunitária como alternativa de renda para a comunidade.	80
7.2.2 Potenciais Atrativos Turísticos naturais e culturais que podem vir a ser explorados pela comunidade.	81
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

1. INTRODUÇÃO

O modelo de “Parques de proteção integral”, teve boa parte de sua idéia concebida no século XIX, tem como princípio a proteção da vida selvagem, ameaçada pelo avanço da população urbana industrial, tendo o pressuposto de que a preservação da natureza só é possível em locais intocados pelo homem. No Brasil, esse modelo começou a ser implantado em grande parte durante governos autoritários, quando começaram a ser criadas pelo país Unidades de Conservação de Proteção Integral, sem qualquer tipo de consulta pública, proibindo no interior dessas áreas qualquer tipo de atividade humana. Sendo assim, diversas comunidades tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, caboclos, entre outros, que viviam e dependiam das florestas tropicais desde muito antes da criação dos parques, foram diretamente afetadas. Assim, essas comunidades se viram ameaçadas em seu modo de vida, o que causou um conflito de consequências devastadoras para muitas delas.

Nesse contexto, no Brasil, a criação de muitos parques causou conflitos com povos tradicionais, como é o caso do PETAR (Parque Estadual Turístico Alto Ribeira), criado no ano de 1958. Trata-se de um Parque de Proteção Integral que, inicialmente, da forma como foi implantado, não levou em consideração a história nem os saberes das comunidades que habitavam aquele território muito antes de sua criação, inclusive que contribuíram muito para a conservação e manejo da Mata Atlântica. Isso gerou uma série de conflitos devido ao Estado criminalizar as atividades básicas para reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais.

No interior do PETAR, vivem algumas comunidades tradicionais. Dentre elas, a comunidade cabocla do Bairro rural Ribeirão dos Camargo é um exemplo vivo de resistência a esse processo de repressão que o Estado vem proporcionando contra as comunidades tradicionais, ao longo de todas essas décadas. Durante muitos anos, suas atividades para autoconsumo foram criminalizadas devido às restrições de uso da terra que surgiram junto com a implantação do Parque. Com isso, muitos, principalmente os mais jovens, se viram obrigados a migrar, em busca de novas oportunidades, os que permaneceram, geralmente os mais velhos, tiveram de conviver com as constantes ameaças, multas e vários tipos de coerção.

Como demonstrado por Diegues *et. al* (2014), o conhecimento que essa comunidade tem sobre a Mata Atlântica e o local onde estão inseridos é muito grande, e contribuiu para a preservação e manutenção da paisagem da região, que hoje compõem o Parque. No entanto, as políticas adotadas pelo Estado e a administração do PETAR, por muito tempo, não reconheceram esses saberes e essa contribuição, atuando como agentes repressores dessas populações, enxergando essas comunidades como um entrave para a preservação, não como possíveis aliados, promovendo assim políticas e ações para removê-las de seus territórios. Devido a ausência desses moradores que eram expulsos de suas áreas, aliado à uma fiscalização precária por parte do Estado, muitas empresas madeireiras e garimpeiras acabaram invadindo os parques ilegalmente para extrair seus recursos naturais. Já a comunidade, que se via impedida de utilizar os recursos existentes em seu território, muitas das vezes interpretavam isso como recursos perdidos, os quais acabavam sendo extraídos ilegalmente, sem qualquer tipo de conscientização de sua preservação, como por exemplo é o caso do Palmito Juçara, espécie de palmeira da mata atlântica ameaçada de extinção e até hoje muito explorada ilegalmente em toda região do Vale do Ribeira.

Contudo, essa política de não dialogar com as comunidades vem diminuindo aos poucos, inclusive, nos últimos anos vem sendo emitidas algumas autorizações de áreas delimitadas pela administração do Parque, para que os moradores possam fazer suas roças de subsistência de forma tradicional. Com a implantação do Plano de Manejo, em maio de 2018, a Fundação Florestal, oficialmente, recomendou a recategorização da área que corresponde ao território caboclo dentro do PETAR. Com isso, o território caboclo inserido dentro dos limites do parque, que hoje é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde não se permite a presença de moradores em seu interior, poderá vir a se tornar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), a qual é permitida a moradia de pessoas e o manejo dos recursos naturais de forma sustentável.

Essa mudança na categoria do parque é uma das principais reivindicações dos moradores do bairro Ribeirão dos Camargo. Apesar da diminuição das repressões, ainda hoje, a comunidade se encontra com diversas restrições no uso da terra e luta para a recategorização e demarcação de seu território como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Ainda que não tenha ocorrido essa alteração, o Plano de Manejo do PETAR já reconheceu esse pleito, que é uma luta antiga dos moradores. Tal possibilidade pode ser encarada como um grande passo para a realização dessa antiga reivindicação dos moradores.

Nota-se que atualmente a maioria das atividades que os Camargo exercem em seu território estão ligadas ao autoconsumo. Dentre essas atividades, podemos imaginar quais continuariam sendo praticadas ou aprimoradas após o momento de criação da RDS, sendo a agricultura uma das principais, a qual provavelmente deve continuar sendo praticada pela comunidade de forma tradicional. O Turismo de Base Comunitária (TBC) é outra atividade que tem grande potencial para ser desenvolvida no território caboclo, principalmente se for feito dentro de um planejamento com atividades ligadas a valorização do modo de vida tradicional, ensino, pesquisa e educação ambiental.

Sendo assim, este trabalho visa tanto identificar as potencialidades de atividades econômicas que os Camargo já exercem ou podem aprimorar, como também outras atividades que ainda não estão tão estabelecidas na comunidade, mas que tem potencial para serem desenvolvidas. Tais potencialidades serão trabalhadas sendo divididas em dois grupos, a **agricultura** e o **turismo (TBC)**. Para tratar desse tema, a estruturação deste trabalho irá abordar de forma geral a parte histórica do vale do Ribeira até os dias atuais, trazendo também aspectos legais que regem a implantação, recategorização e gestão dos diversos tipos de Unidades de Conservação. A luta por direitos sociais básicos também será abordada, visto que a comunidade ainda hoje sofre com problemas antigos como falta de estradas, energia elétrica e saneamento básico, saúde, educação, entre outras.

Ainda serão analisadas brevemente mais 4 exemplos de UCs de Uso Sustentável no Brasil, sendo elas a, RDS Mamirauá, RDS Puranga Conquista, os Quilombos de Ivaporunduva e Barra do Turvo. A escolha dessas comunidades se deu pelas iniciativas que vem dando certo nesses territórios, com implantação de atividades ligadas ao cultivo de alimentos orgânicos, manejo dos recursos naturais de forma tradicional, bem como práticas ligadas ao Turismo de Base Comunitária. Tais elementos visam trazer como exemplo atividades que já estão estabelecidas com sucesso em outras comunidades, a fim de levantar ideias que podem ser adaptadas ao bairro caboclo Ribeirão dos Camargo, caso seja do interesse da comunidade.

2. OBJETIVOS

Com base nesse cenário mais favorável à criação da RDS no território caboclo, devido ao reconhecimento da comunidade no Plano de Manejo do PETAR, este trabalho tem como objetivo analisar o conteúdo de pesquisas realizadas em outros exemplos de RDS e outras UCs de Uso Sustentável no Brasil, comparando alguns modelos de gestão de outros tipos de UC de Uso Sustentável, já adotados em outras localidades no Brasil. Isso porque podem servir de referência para a implantação ou aprimoramento de atividades na área de estudo, visando, entre outras coisas, a segurança alimentar, geração de renda para os moradores, preservação de sua cultura, modo de vida tradicional e da biodiversidade.

Identificar algumas das possíveis atividades econômicas que podem ser desenvolvidas, aprimoradas e trabalhadas pela comunidade, após a criação da RDS. Dando enfoque à agricultura tradicional e ao Turismo de Base Comunitária.

Registrar, por meio de entrevistas semiestruturadas, narrativas, e fotografias retiradas em trabalhos de campo, o modo de vida tradicional da comunidade.

Listar e compreender, por meio de entrevistas com informantes chave, a agrobiodiversidade cultivada em suas roças tradicionais.

Identificar e organizar os atrativos turísticos da comunidade, e como pretendem trabalhar essa atividade na futura RDS, principalmente no que diz respeito ao turismo participativo e comunitário, com as denominadas “vivências caboclas”, baseando-se nas potencialidades culturais identificadas.

Obter informações por meio de investigação bibliográfica, como também por meio de levantamentos exploratórios, realizados em campo, a respeito das atividades econômicas que a comunidade pretende desenvolver ou aprimorar na futura RDS¹.

¹ A comunidade Ribeirão dos Camargo protocolou um pedido de criação de RDS junto a SIMA em 2014.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Este capítulo visa apresentar aspectos da ocupação histórica no Vale do Ribeira, bem como a contextualização da criação do PETAR, desde sua implantação, até sua gestão atual. Também irá abordar o histórico e as características atuais da comunidade do bairro rural Ribeirão dos Camargo, incluindo o conflito existente entre a comunidade e o Parque. Serão apresentadas algumas técnicas usadas pela comunidade, como é o caso do Sistema Agrícola Tradicional (SAT), técnica proibida durante muitos anos pelo parque. Outro assunto a ser abordado aqui será o Turismo no Vale do Ribeira, trazendo algumas das mais notáveis iniciativas de promoção desse setor da economia na região.

3.1 Ocupação Histórica do Vale do Ribeira

Segundo o Plano de Manejo do PETAR, a ocupação humana do Vale do Ribeira possui evidências arqueológicas datadas de cerca de 10.000 anos A.P., Secretaria de Estado do Meio Ambiente (2018 p.488), se iniciando com os povos coletores e caçadores, e posteriormente com a fixação dos povos agricultores, os quais legaram técnicas de cultivo da terra, que ainda são semelhantes às técnicas praticadas até os dias atuais pela comunidade.

No período colonial, os primeiros povoamentos iniciaram-se no século XVI, em Cananéia e Iguape, com a chegada dos portugueses, tendo o objetivo de exploração do ouro no rio Ribeira e seus afluentes. No século XVII, com a descoberta de ouro na serra de Paranapiacaba, houve um grande movimento de interiorização do território do Vale do Ribeira. Com isso, novos municípios, como Iporanga e Apiaí foram fundados. Posteriormente, a decadência da região deu-se por volta do século XVIII, devido à descoberta e exploração de ouro nas Minas Gerais, quando muitos dos habitantes abandonaram essas terras, buscando explorar novas áreas, que eram mais promissoras (Berrini, 2015). Com isso, a mineração, principal atividade econômica da região na época, entrou em declínio e muitos donos abandonaram suas terras.

Com a crise da mineração e a migração para a região das Minas Gerais, muitos dos escravizados que foram trazidos pelos colonos para trabalharem nas

atividades econômicas locais, também foram deixados para trás pelos senhores de terras da região, alguns já doentes ou idosos. Estes que ficaram, juntos com os fugitivos e os alforriados, formaram os quilombos, que se voltavam para atividades como agricultura, ligada ao autoconsumo familiar. Somente no século XX, tais comunidades tiveram o merecido reconhecimento histórico, sendo denominadas como Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Após esse período da corrida pela mineração, a agricultura tornou-se a principal atividade econômica da região. Inicialmente praticada para subsistência dos moradores locais, posteriormente ganhando expressiva importância, sendo o arroz e a mandioca, seus principais produtos de comercialização (Berrini, 2015). Com o aquecimento de um novo ciclo econômico na região, o Porto de Iguape foi reativado. Em uma tentativa de melhorar o escoamento dos produtos até o Porto, em 1827, foi aberto um canal conhecido como Valo Grande, que tinha o objetivo de facilitar o transporte de mercadorias entre Cananéia e Iguape. Uma nova crise veio no século XX, e foi agravada pelo problema de assoreamento do canal do Valo Grande. Entretanto, com a criação da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, a organização espacial da região acabou sendo reestruturada, e aos poucos o transporte ferroviário foi substituindo o transporte fluvial no escoamento de produtos.

O ciclo do café, importante ciclo econômico do Estado de São Paulo, devido a sua organização espacial específica, acabou deixando de lado a região do Vale do Ribeira. Somente no final do século XIX e início do século XX, é que algumas medidas foram adotadas na região com o intuito de estimular a economia local. Inicialmente com os programas de imigração e colonização, que acabaram não tendo os resultados desejados, devido ao fato de muitos dos imigrantes não se fixarem na região, com exceção dos japoneses, que trouxeram novas técnicas para a agricultura. Posteriormente com as melhorias na infraestrutura viária da região, as principais atividades econômicas do Vale eram a produção de banana, chá e de pescado em Cananéia, que são até os dias atuais relevantes atividades econômicas da região. Apesar do enfraquecimento da mineração de ouro no séc. XVIII, no séc. XX, a mineração voltou a ser uma importante atividade econômica no Vale do Ribeira, agora com a exploração de outros minérios como Chumbo, Prata, Calcário e seus derivados (para produção de cimento, cal, insumos agrícolas e industriais).

Na década de 50, devido às grandes áreas contínuas de remanescentes de Mata Atlântica bem conservados, e também a sua baixa dinâmica econômica,

deu-se início a um processo de criação de diversas Unidades de Conservação na região. Tal fato culminou em um agravamento dos problemas sociais e econômicos que já afetavam a região, em função das restrições que estavam sendo impostas pelo Estado quanto ao uso e ocupação do solo pelas comunidades que ali já viviam há muitas gerações, transformando seus territórios em parques.

Atualmente, a agricultura permanece como a principal atividade econômica do Vale do Ribeira. O cultivo de banana, chá (mate e preto), a horticultura e o cultivo de mandioca são as principais atividades exercidas na região. Existem ainda atividades extrativistas como a extração de Palmito Jussara, que em muitas das vezes ocorre de forma irregular e predatória.

Ainda que a principal atividade econômica seja agrícola, nota-se que o potencial turístico do Vale do Ribeira é muito grande, isso devido a grande quantidade de atrativos turísticos como rios, cavernas, praias, cachoeiras, florestas bem preservadas, diversidade cultural, bem como o patrimônio histórico e arqueológico existentes na região. No entanto, observa-se que a grande quantidade e variedade de atrativos turísticos não está diretamente relacionada com a melhoria da qualidade de vida da população nem com o desenvolvimento da região. Apesar de todo esse potencial e a riqueza da região, seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que trata-se do indicador que baliza o nível de qualidade de vida da população de uma determinada região, está consideravelmente inferior à média do Estado de São Paulo, fato que reflete uma difícil realidade, que demonstra as dificuldades enfrentadas por muitos habitantes do Vale.

Como demonstrado por Martins (2015), apesar da grande diversidade de atrativos turísticos que existem no Vale do Ribeira, essa atividade ainda não se consolidou como uma alternativa efetiva de desenvolvimento para os moradores locais. Nem mesmo dentro do Estado de São Paulo essa região é conhecida como importante destino turístico, devido a isso, recebe um fluxo turístico bem inferior ao seu potencial. A autora ainda descreve a maior parte dos equipamentos turísticos da região como pequenos empreendimentos familiares, como hotéis, pousadas, restaurantes, bares, padarias, pesqueiros, entre outros. Sendo que na maioria dos casos apresentam estrutura simples, mas bastante aconchegante. Existem ainda agências de turismo que oferecem passeios guiados pela região. Muitas dessas agências são propriedades de alguns moradores locais, na maioria das vezes,

sendo eles mesmos quem elaboram os roteiros desses passeios. Ainda cabe ressaltar que muitas escolas, universidades e ONGs também organizam excursões para a região para estudo do meio. Martins (2009, p.16)

Martins (2015) ainda ressalta o importante fato de que o principal gestor dos espaços turísticos no Vale do Ribeira é o Estado, devido ao fato de muitos atrativos turísticos estarem inseridos em áreas públicas, administradas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo ou pelas próprias prefeituras municipais, que não realizam grandes investimentos na região. Apesar do Governo do Estado não tratar o turismo como uma prioridade para o desenvolvimento da região, nos últimos anos, algumas iniciativas vêm sendo feitas para desenvolver essa atividade. Alguns exemplos dessas iniciativas são: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, que tem como objetivo o “estudo o planejamento e o fomento do ecoturismo na região, como uma estratégia de desenvolvimento sustentável” (IEA, 2003) e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (CODIVAR), e o Pólo Ecoturístico do Lagamar, desenvolvido entre os anos de 1995 e 1998.

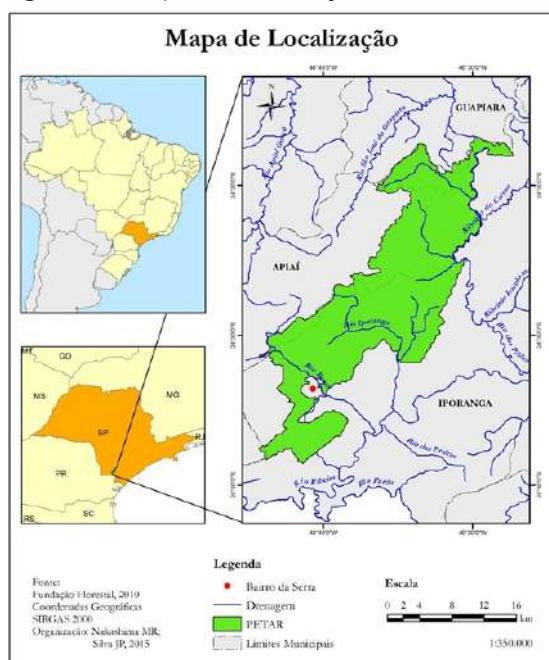
O programa Turismo Sustentável, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, também atuou na formação e especialização de jovens monitores ambientais, trabalhando com turismo e educação ambiental. Outro instituto que trabalhou na formação de monitores com enfoque na educação ambiental foi o Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental, desenvolvido entre os anos de 1998 e 2003. Já em 1999, foi inaugurado em Iguape o curso Técnico em Turismo na Escola Técnica Engenheiro Agrônomo Narciso de Medeiros, vinculada ao Centro Paula Souza. Já entre os anos de 2007 e 2013, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo executou o programa Ecoturismo na Mata Atlântica. Tal programa visava estruturar e organizar a visitação pública nos Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervales, PETAR, Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso e Ilhabela.

Vale ressaltar também que muitas das iniciativas para promoção do Vale do Ribeira, especificamente a região do entorno do PETAR, foram feitas pelos próprios moradores da região, que tinham o interesse em divulgar as belezas naturais e promover o turismo na região.

3.2 O Parque Estadual Turístico Alto Ribeira

O Parque Estadual Turístico Alto Ribeira (PETAR) está localizado no Sul do Estado de São Paulo (Figura 1), segundo seu plano de manejo, possui 35.000 ha e abrange parte dos municípios de Iporanga, Apiaí, Guapiara e Itaóca. É composto por uma exuberante Mata Atlântica que abriga grande quantidade de espécies de animais e plantas, muitos deles ameaçados de extinção. A criação do parque remete ao ano de 1958, por meio do Decreto Estadual de nº 32.283. Desde então esteve sob responsabilidade de diversos órgãos estaduais, até que a partir do ano de 2007, atualmente está sendo administrado pela Fundação Florestal. É composto pelos Núcleos, Caboclos, Santana, Ouro Grosso e Casa de Pedra.

Figura 1 - Mapa de localização PETAR



Fonte: NAKASHIMA (2017)

Além da Mata Atlântica bem preservada, e sua riqueza de fauna e flora, o Parque também é conhecido pelo grande número de cavernas, sendo uma das regiões cársticas mais importantes do mundo. Segundo consta em seu Plano de Manejo, foram registradas mais de 400 cavernas. “Os atrativos mais procurados pelos visitantes do PETAR são as cavernas. A maioria representa trechos acessíveis de rotas de circulação da água subterrânea.” O PETAR também abriga uma grande variedade de comunidades tradicionais que viviam ali muito antes do parque ser criado, como é o caso dos indígenas, caboclos e quilombolas. Essas comunidades detêm um grande conhecimento sobre a área onde vivem, que remete ao conhecimento passado de geração em geração, geralmente de forma oral.

3.3 Caracterização e histórico do bairro rural Ribeirão dos Camargo

O Brasil apresenta uma grande variedade de povos tradicionais e indígenas. Muitas dessas populações são fruto da miscigenação entre negros, indígenas e portugueses, como é o caso dos caboclos. Como apontado por Diegues (2008), o modo de vida desenvolvido por essas populações está profundamente adaptado aos ciclos naturais, também utilizam-se de técnicas rudimentares, mitos, simbolismos e linguagens específicas. Tais comunidades estão profundamente adaptadas a esse ambiente e por isso detêm grande conhecimento sobre a dinâmica das florestas tropicais onde vivem, sabendo quais as épocas de menor impacto à caça e pesca, quais as utilidades que determinadas plantas podem ter na fabricação de remédios naturais, chás e alimentos, quais madeiras são boas para construção ou lenha, qual a melhor época para plantio e colheita, entre tantos outros saberes passados de geração em geração, por meio de histórias, lendas, festividades, entre outras manifestações culturais, praticadas entre os integrantes da comunidade.

O Ribeirão dos Camargo é um bairro rural, situado no Município de Iporanga, São Paulo, do qual fazem parte várias comunidades caboclas, como Ribeirãozinho, Sete Quedas, Camargo, Taluá, Morro do Chumbo, Caraíba, Monjolinho, Passa Vinte e Fartinho, com cerca de 37 famílias, sendo que destas, 29 (125 moradores) vivem dentro do PETAR. Segundo aponta o Plano de Manejo do PETAR:

[...] as principais ocupações e fontes de renda da população são atividades relacionadas à agricultura e pecuária" Secretaria de Estado do Meio Ambiente (2018, p. 403).

A ocupação da região pelos colonizadores portugueses iniciou-se em meados do século XVI, com atividades de mineração de ouro, utilizando mão de obra escravizada de povos indígenas e pretos, posteriormente. Seus habitantes eram principalmente agricultores e mineradores e, inicialmente, era conhecida pelo nome de Arraiá de Santo Antônio. As terras que correspondem ao território caboclo atualmente, segundo o estudo feito pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), constam no registro do Livro de Terras de São Paulo, de 1856, e eram de posse do senhor Salvador Henrique. Também fazem menção à Guilherme Looze, que devido ao fato de ter sido o responsável pela construção da torre da igreja matriz de Iporanga, recebeu, em 1884, as terras onde hoje é está localizado o bairro Ribeirão dos Camargo, sendo destinadas a ele como parte do pagamento pela obra, Diegues et. al (2014. p.14).

O ciclo do ouro encerrou-se na região do Alto Ribeira em meados de 1800, o que ocasionou uma estagnação econômica e migração em massa. A população que ficou, focou seu cultivo para autoconsumo, inicialmente. Iporanga, tornou-se local de passagem dos tropeiros que vinham do sul, o que impulsionou a criação de suínos para alimentação, mas os animais logo foram afetados pela doença da peste suína, fato que levou ao fim dessas atividades rapidamente. Também vale lembrar que houve mineração de chumbo no local onde hoje é conhecido como “Morro do Chumbo”, em meados do século XIX, mas essa atividade também durou pouco tempo, Diegues *et. al.* (2014. p.13). Ainda segundo Diegues *et. al.* (2014. p.14), atualmente, 29 unidades familiares que residem no bairro são descendentes de três troncos familiares: Florindo de Moura, descendentes diretos de José de Moura Rolim; Henrique Pedroso Santana, que descendem de Salvador Henrique; e os descendentes de Guilherme Looze. Atualmente, os moradores da comunidade, ainda hoje, praticam seu modo de vida tradicional, aprendizado herdado de seus antepassados agricultores.

Com a criação do PETAR, em 1958, o território caboclo tornou-se Unidade de Proteção Integral, sendo assim proibida a presença humana dentro do parque. Devido a isso, o modo de vida dos caboclos do Ribeirão dos Camargo ficou ameaçado, pois houve grande repressão, por parte do Estado, aos moradores que ainda permaneciam no território, por causa da criminalização de suas atividades básicas. Sendo assim, as práticas de autoconsumo que os moradores realizavam há décadas foram proibidas, como a caça, a pesca e seu sistema tradicional de roça e criação de animais, por exemplo. Durante muitos anos, os moradores do bairro foram criminalizados, multados e até presos por praticarem as atividades ligadas ao seu modo de vida tradicional ou por simplesmente persistirem em permanecer no território que era ocupado há tanto tempo por seus ancestrais.

Tal repressão continua até os dias atuais, por meio de restrições ao uso da terra e até mesmo chegando a prender alguns membros da comunidade, no entanto muita coisa foi conquistada pela luta dos caboclos para permanecer no território. Atualmente, já existe um diálogo entre a comunidade e a administração do Parque, que vem trabalhando alguns pontos em conjunto com os moradores para entender suas demandas. Algumas áreas de roça também estão sendo autorizadas, o que significa uma conquista de muita luta pela manutenção de seu modo de vida, no entanto a situação ainda está longe de ser a ideal para garantir uma boa qualidade

de vida para seus moradores. Devido a toda essa dificuldade em permanecer no território, alguns membros da comunidade recorreram ao auxílio do NUPAUB para realizar um estudo que pudesse subsidiar a proposta de criação da RDS no território caboclo, essa que vem sendo uma reivindicação antiga desse povo tradicional.

Com a implantação do Plano de Manejo do Petar, em maio de 2018, a Fundação Florestal reconhece que o pleito dos moradores é legítimo e se compromete a avaliar a criação da RDS no âmbito da Resolução SMA 29/2010, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (2018, cap.10). Com isso, essa luta antiga pela criação da RDS, vai ganhando cada vez mais chances de acontecer. No entanto, para que ocorra a recategorização do território, é necessário que a comunidade apresente uma série de estudos técnicos muito complexos, o que dificulta um pouco esse processo para eles, além da necessidade de aprovação por parte da Câmara e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, necessitando também de boa vontade política.

Vale ressaltar que o sistema de roça dos Camargo é baseado na técnica da *coivara* ou também conhecida como agricultura itinerante. Os moradores da comunidade também seguem uma série de práticas e conhecimentos, não somente agrícolas mas também ecológicos, sociais e lúdicos, organizados por meio de um calendário que marca as melhores épocas para colheita e plantio das mais variadas espécies de alimentos, associando-as a festividades religiosas e outras datas importantes e simbólicas. Esse sistema é muito semelhante ao *Sistema Agrícola Tradicional do Vale do Ribeira* (SAT), que “é a experiência acumulada na pesquisa e observação das dinâmicas ecológicas e resultados de manejo, mas também fruto do repertório de conhecimentos que remontam às origens africanas e indígenas.” IPHAN (2018). Recentemente, o SAT foi reconhecido pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial do Brasil, sendo incluído no Decreto nº 3.551 de 2000 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E LEGAL

Este capítulo visa relacionar de forma conceitual alguns aspectos teóricos e legais que são essenciais para ajudar a compreender melhor a realidade da comunidade Ribeirão dos Camargo. Primeiramente, os conceitos trabalhados pelo professor Antônio Carlos Diegues em sua clássica obra, *O mito moderno da natureza intocada*, são fundamentais para entender como se deu esse processo de conflito entre o processo de implantação de parques e as comunidades tradicionais que habitavam essas áreas, ajudando a desvendar as relações da comunidade com a natureza e como seus conhecimentos foram, e ainda são, essenciais para a preservação da floresta.

A legislação que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), também foi abordada neste capítulo. Os conceitos de participação e organização comunitária também são fundamentais para compreender como a coletividade é essencial no processo de tomada de decisão da comunidade e nas lutas por reconhecimento. O conceito de desenvolvimento local também é importantíssimo para este trabalho. Ao final são tratados aspectos do Turismo de Base Comunitária, e como esse conceito pode contribuir para o desenvolvimento local, manutenção e valorização da comunidade, sua cultura e modo de vida.

4.1 “*O mito moderno da natureza intocada*”

O modelo inicial de criação de áreas protegidas pelo mundo tinha como pressuposto que essas áreas deveriam ser intocadas pelo homem, não se permitindo a moradia de pessoas em seu interior, deixando a natureza recuperar-se por si só. Segundo Diegues (2008), tal ideia foi concebida ainda no século XIX nos EUA, com a finalidade de proteger a vida selvagem ameaçada pelo crescimento da população urbano industrial. Diegues compara essa lógica preservacionista com o Mito do paraíso perdido ou Jardim do Éden. O autor explica ainda que essas áreas preservadas serviriam também como espaço recreativo para que as pessoas da cidade pudessem passear e descarregar o estresse do cotidiano da vida urbana.

Essa lógica de implantação de áreas protegidas se espalhou dos Estados Unidos para outras partes do mundo, inclusive para o Brasil, onde então, foi usada

como modelo para criação de parques em áreas de florestas tropicais, nas quais viviam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, extrativistas, pescadores, etc, muito antes de virarem parques. Diegues destaca ainda que essas populações, que tradicionalmente viviam com um certo nível de isolamento em relação à população urbana, desenvolveram, ao longo de gerações, um modo de vida baseado em grande dependência dos ciclos naturais, possuindo grande conhecimento dos ciclos biológicos e recursos naturais, além de tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e linguagens específicas.

Com a intensificação desse processo de criação de áreas protegidas no Brasil, muitas comunidades que viviam dentro das áreas destinadas antes de se tornarem parques, foram criminalizadas e tiveram seu modo de vida muito comprometido, como se não bastasse, muitas delas acabaram sendo expulsas de seus territórios ancestrais. Diegues ainda chama a atenção para o fato de que:

[...] a expulsão dos moradores tem contribuído ainda mais para a degradação das áreas de parques, uma vez que, frequentemente, por falta de fiscalização, indústrias madeireiras e de mineração invadem para explorar ilegalmente seus recursos naturais. Os moradores, por sua vez, muitas vezes, retiram ilegalmente meios de subsistência dessas áreas protegidas, tidas como, recursos perdidos pelas comunidades locais. DIEGUES (2008, p.22).

Nesse caso, acontece um efeito contrário ao esperado, onde as comunidades tradicionais que poderiam ser grandes aliados do Estado na conservação dessas áreas, acabaram também explorando “ilegalmente” os recursos naturais ali existentes, por os interpretarem como recursos perdidos, visto que com a saída deles do território, abre-se caminho para empresas, como mineradoras e madeireiras, explorarem ilegalmente os recursos existentes. Diegues, corroborando autores como Balée (1988, 1992), Gomez-Pompa (1971,1972) e outros, enfatiza que a manutenção da diversidade biológica das florestas tropicais está diretamente relacionada às práticas tradicionais de agricultura desses povos. O autor ainda explica que:

[...] estudos dessa série de sucessões já existem e, em muitos casos, tendem a concordar que a agricultura itinerante tem sido meio natural para usar as propriedades regenerativas da floresta úmida em benefício do homem. (Gomez-Pompa *apud* Diegues, 2008).

Conforme discutido, essa política de Estado na criação de áreas protegidas, sem qualquer diálogo com as populações que já viviam muito antes no interior dessas áreas foi extremamente prejudicial para as comunidades tradicionais, como é o caso da comunidade do bairro Ribeirão dos Camargo. Além do mais, esse tipo de

política afasta a comunidade da participação na gestão do Parque, então eles que poderiam ser um forte aliado na conservação acabam sendo criminalizados. No entanto, essas políticas, no geral, vêm mudando aos poucos e a administração do PETAR vem permitindo um diálogo maior e ouvindo um pouco mais as necessidades das comunidades locais, como veremos no desenvolvimento deste trabalho

4.2 Marco Legal

A Lei Federal 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação. Dentre alguns dos objetivos dessa lei, que vão desde proteger a diversidade biológica, espécies ameaçadas de extinção, a paisagem natural, os recursos necessários à subsistência das comunidades tradicionais, entre outros, essa Lei tem também por objetivo, conforme descrito em seu art. 4, em seus incisos IV, XI, XII e XIII:

“ IV - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais
XI - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica
XII - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico
XIII - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.”

No que tange a algumas diretrizes apresentadas na Lei, referente aos aspectos do que diz respeito às comunidades tradicionais, em seu Artigo 5, em seus incisos IX e X, fica explícito que:

“ IX - considerem as condições e necessidades locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais
X - garantam às populações tradicionais cuja existência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou justa indenização pelos recursos perdidos.”

No que diz respeito à categorização das Unidades de Conservação, de modo geral o SNUC as divide em dois tipos, sendo eles:

- Unidades de **Proteção Integral**;
- Unidades de **Uso Sustentável**.

Como a demanda da comunidade é pela recategorização de seu território de uma UC de Proteção Integral para uma Unidade de Uso Sustentável, este trabalho

irá focar na compreensão desse tipo de UC. Sendo assim, as UCs de Uso Sustentável são constituídas pelo artigo 14 do SNUC, sendo elas:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A reivindicação da comunidade é pela criação em seu território de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que é definida pelo artigo 20 do SNUC, sendo disposta da seguinte forma:

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º - O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

O capítulo IV do SNUC discorre sobre criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, as quais, como estabelecido pelo artigo 22, são criadas por ato do Poder Público. Devendo estas, conforme o que apresenta o parágrafo segundo do artigo 22:

[...] serem precedidas de estudos técnicos e de consulta pública que permita identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

Já o Artigo 23, que trata da posse e o uso das terras pelas populações nas RESEX e nas RDS, as quais devem ser reguladas por contrato, trazendo algumas responsabilidades para as comunidades tradicionais na administração dos recursos em seu território, conforme descrito nos parágrafos 1 e 2 deste artigo:

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Por fim, vale destacar que para que ocorra a criação da RDS Ribeirão dos Camargo é necessária a criação de uma Lei na ALESP, devido ao fato de seus limites estarem no interior de uma UC de Proteção Integral (PETAR). Pois a RDS tem uma restrição menor de proteção que uma UC de Proteção Integral.

4.3 Etnoconservação

Dentre alguns dos campos da ciência que vem corroborado nos últimos anos para buscar compreender os conhecimentos que as populações tradicionais desenvolveram ao longo dos anos sobre os processos naturais que ocorrem em seus territórios, destaca-se a etnoconservação. A etnoconservação busca assim compreender a lógica que existe por trás dessa interação, bem como suas visões taxonômicas e classificadoras que possuem acerca dos processos que ocorrem no ecossistema em que estão inseridas.

Levi Strauss (1962), um dos antropólogos que iniciaram esses estudos na área da etnociência, define três áreas básicas para o estudo nesse campo científico, quais são: **classificação; nomenclatura e identificação**.

Dentre os campos de subdivisão do etnoconhecimento está a etnobiologia, a qual pode ser subdividida em etnobotânica, etnozoologia, etnoecologia, etnopediologia, etnomedicina e etnofarmacologia. A partir dos anos 70 os trabalhos realizados dentro desse campo foram se tornando cada vez mais frequentes, o que permite compreender de forma científica alguns conhecimentos já dominados há séculos pelas comunidades tradicionais, compreendendo também o etnomanejo que ocorre nos habitats onde essas comunidades estão inseridas.

Dentro do campo de etnoconservação e etnoconhecimento, a comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo, possui grandes saberes referente a diversos tipos de processos naturais relacionados à flora, regeneração da floresta, no solo, na fauna, etc. Além de grande conhecimento sobre a fauna e flora local, trabalham com grande agrobiodiversidade em suas roças, reconhecem também cerca de 5 estágios sucessionais da floresta (a mata virgem, capoeira, tiguera, a roça e os terreiros), além de reconhecerem também alguns tipos de solos e suas qualidades para agricultura.

4.4 Sustentabilidade, participação, organização comunitária e desenvolvimento local.

Por tratar-se de uma área onde se pretende modificar a categoria da Unidade de Conservação de Proteção Integral para uma UC de uso sustentável, no caso uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), o conceito de sustentabilidade deve estar muito claro dentro das atividades propostas para serem realizadas dentro dessa futura reserva. O debate sobre sustentabilidade vem acontecendo há muitas décadas e começou a ser definido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Essa conferência deu as bases, em nível internacional, para ações ambientais, relacionadas muitas vezes com poluição e degradação ambiental.

Já na Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi adotado oficialmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, levantando o tema do meio ambiente aliado ao

desenvolvimento econômico. Uma série de variáveis devem ser relacionadas para ajudar a compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo que devem ser abordadas questões de ordem social, energética, ambiental e econômica. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), para que um empreendimento seja considerado sustentável, é necessário que ele seja ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.

Figura 2: Esfera de influência do Desenvolvimento sustentável.



Fonte: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/> (acesso em 09/05/2021)

Um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas Rio-92 foi a AGENDA 21, um documento onde cada país signatário se compromete a refletir e agir, tanto em nível local, como global, no intuito de fazer com que os mais diversos setores da sociedade se comprometam a pensar e implementar ações que visem soluções para os mais diversos problemas socioambientais. Cada país é responsável por desenvolver sua própria agenda. No Brasil, as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e pela Agenda 21 Nacional.

Em 2015, foi criada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pela reunião de diversos líderes mundiais na sede da ONU, em Nova York. Segundo a ONU, a Agenda 2030 pode ser entendida como:

[...] um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. (ONU)

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável abordam de forma equilibrada as 3 dimensões do Desenvolvimento Sustentável: econômica, social e ambiental. São constituídos de 17 objetivos e suas 169 metas. Abaixo segue a lista dos ODSs:

- Erradicação da Pobreza;
- Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- Saúde e Bem-Estar;
- Educação de Qualidade;
- Igualdade de Gênero;
- Água potável e Saneamento;
- Energia Acessível e Limpa;
- Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- Redução das Desigualdades;
- Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- Consumo e Produção Responsáveis;
- Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- Vida na Água;
- Vida Terrestre;
- Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- Parcerias e Meios de Implementação;

Considerando o histórico de lutas e conquistas da comunidade, para garantir seu modo de vida e suas manifestações culturais, alguns conceitos como participação, organização comunitária e desenvolvimento local são extremamente importantes para a compreensão dos processos de lutas e tomada de decisões dentro da comunidade. A começar pela própria organização dos moradores, por meio de uma Associação de moradores do bairro, que delibera decisões tomadas por seus membros, visando o desenvolvimento da comunidade. Segundo Medeiros e Borges (2007, p.67):

A participação pode ser definida como instrumento fundamental no sentido de promover a articulação entre os atores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir objetivos em comum.

Cunill (1991) destaca dois elementos-chave no conceito de participação, que são: intervenção no curso de uma atividade pública e expressão de interesses sociais. Ainda que sejam grandes os desafios da participação no Brasil, devido à necessidade de enfrentar seus problemas, muitas comunidades, como os caboclos do Ribeirão dos Camargo, estão aprendendo o poder da participação e a compreendem como prática fundamental para defenderem seus direitos e decidirem sobre seu futuro. Nesse ponto, (Haesbaert *apud* Martins 2015) sugere que:

a exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutar em torno de ideologias e mesmo espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural; último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade.

Ainda é importante destacar o papel das lideranças no processo de organização social e participação coletiva. Sendo elas figuras essenciais tanto na mobilização local, quanto na articulação com os agentes externos à comunidade. Para muitos autores, a resposta de porque algumas comunidades conseguem se organizar politicamente para lutar por uma transformação social e outras não, está no capital social acumulado por ela. Segundo Putnam (2006, p.176)

[...]capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

No âmbito do desenvolvimento, conforme esclarece Nayyar (2000), “o desenvolvimento deve contribuir para a melhoria das condições de vida da população”. (p.04). No entanto, em muitas discussões sobre desenvolvimento, se confundem os conceitos de crescimento econômico, qualidade de vida e desenvolvimento humano. É necessário se compreender que a situação das populações mais carentes podem ser agravadas caso haja uma valorização do capital econômico em detrimento do social. O desenvolvimento humano destaca-se como um conceito fundamental para compreensão dessa questão, vale lembrar que este é o conceito base do índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Com isso, nota-se a necessidade de incorporar outros fatores que vão além do desenvolvimento econômico, como por exemplo o acesso à educação, aos

serviços básicos de saneamento, habitação digna, direito de manifestação cultural, entre outros. Ante o exposto, pode tornar-se muito particular a forma como cada comunidade entende o que é desenvolvimento para si, além de terem suas próprias dinâmicas e relações com seus recursos. Para explanar melhor essa questão, o conceito de lugar/local pode ajudar a compreender as particularidades de cada comunidade. Conforme aponta Sauer 1998:

[...]no conjunto destes grandes campos do conhecimento que a geografia estaria envolvida, a partir de uma “realidade ingenuamente perceptível”, com o estudo da área ou da paisagem, constituída pelos fatos do lugar. (p.114).

A respeito da categoria sítio simbólico de pertencimento, Zaoual (2006) descreve: “sítio simbólico de pertencimento, além do espaço-tempo, que fornece o enraizamento à pessoa e a síntese entre as singularidades próprias à sua visão de mundo e à mudança técnica que chega de fora,” (Zaoaul, 2006, p.68).

Portanto nota-se que os conceitos apresentados neste subcapítulo podem ser polêmicos ou apresentar diversos tipos de interpretação, que podem variar de acordo com a cosmovisão das comunidades em questão ou de quem analisa o fato de uma visão externa. Diante de uma crescente atividade turística no Vale do Ribeira, é necessário a participação coesa das comunidades tradicionais, para que a valorização do capital econômico traga também melhorias sociais, e não agrave os problemas de desigualdade social existentes, respeitando a diversidade da visão de mundo e cultura das comunidades tradicionais.

4.5 Turismo de Base Comunitária

Diferente do Turismo de Massa, o Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento local de comunidades tradicionais. Isso porque o protagonismo no TBC está na comunidade anfitriã e não somente no consumo do espaço em si.

Nesta perspectiva, indivíduos de uma comunidade se reúnem para produzir de forma diferenciada; buscando alternativas de sobrevivência econômica na atividade turística, aliadas a outros fatores como a valorização do modo de vida da cultura e/ou a defesa do meio ambiente. (Ministério do Turismo, 2010)

Algumas grandes instituições, nacionais e internacionais, ajudaram a definir e organizar os conceitos de Turismo de Base comunitária. Uma delas é a WWF, que publicou o *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um*

planejamento responsável, em 2003. Neste trabalho, definem Ecoturismo de Base Comunitária como:

Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade. (WWF BRASIL, *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramenta para um planejamento responsável.*) Org. Sylvia Mitraud: Brasil, 2003, p. 23

Outra instituição que contribuiu muito para a construção desse modelo de TBC que temos no Brasil é a ONG Projeto Bagagem, que visa a criação de uma Rede de Economia Solidária de Turismo Comunitário no Brasil. Alguns autores também trabalharam no sentido de dar uma definição para o tema, segundo (MALDONADO, 2009):

Por Turismo Comunitário entende-se toda a forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do Turismo Comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com o objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida." (MALDONADO, Carlos: "O Turismo Rural Comunitário na América Latina." In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN, *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 31)

No Brasil, as experiências de Turismo de Base Comunitária datam de meados dos anos 90 com atividades organizadas sem a participação do poder público. De acordo com MTUR (2010):

Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, as iniciativas de TBC são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do País, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC. (p.17)

No ano de 2008, em uma tentativa de apoiar o desenvolvimento de iniciativas desse tipo no país, o Ministério do Turismo lançou o Edital de Chamada Pública de Projeto de Turismo de Base Comunitária. Atualmente, as ações de fomento ao TBC estão inseridas no *Plano Nacional de Turismo*, que é o principal instrumento de planejamento e gestão do turismo no Brasil. Devido às suas características, o TBC pode ser uma importante ferramenta para ajudar no desenvolvimento local das comunidades tradicionais, Segundo ICMbio (2018):

As comunidades tradicionais residentes nas Unidades de Conservação estão encontrando no Turismo de Base Comunitária (TBC) uma alternativa de renda, uma oportunidade de valorizar a própria cultura e uma forma de integrar os jovens ao modo de vida local.

Atualmente, muitas comunidades tradicionais têm problemas com a migração dos jovens, que saem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida, geralmente nas periferias de grandes centros urbanos, em busca de trabalho informal ou com baixa remuneração. Com isso, o conhecimento dessas comunidades, que é transmitido de geração em geração, acaba sendo perdido também, pois os mais antigos não conseguem mais transmitir seus conhecimentos aos mais jovens, que em grande parte acabam migrando de suas comunidades.

O TBC, ao gerar renda para a comunidade, também oferece opções de atividades e trabalho remunerado para esses jovens, dando mais alternativas para que eles permaneçam onde nasceram, preservando seu território, ainda mantendo vivo o modo de vida tradicional da sua comunidade e seus conhecimentos, que são muito valiosos para a conservação das áreas onde vivem. Além disso, o TBC é uma importante atividade que também aumenta a autoestima dos moradores, pois como vimos, trata-se de uma atividade que tem foco na valorização da comunidade, seus saberes, atividades do cotidiano e modo de vida.

Não é somente no campo econômico que o TBC pode trazer grandes contribuições, ele também pode ser para as comunidades tradicionais em geral, uma oportunidade de reforçar sua identidade diante de outros grupos. Tornando-se um espaço de interação, onde se relacionam os turistas e os membros da comunidade, visando proporcionar ao visitante experiências autênticas que impactam e transformam os dois lados de alguma maneira. De acordo com Bahl (2009):

Algumas localidades se tornam, desta forma, zonas de contato e de oportunidade para aproximação entre as pessoas e podem propiciar vivências que possibilitem relações interculturais, criando condições de promover interações multiculturais e transculturais de forma pacífica. (p. 125).

Já Burns (2002), afirma que os alunos dentro da comunidade, proporcionando a estes não somente um passeio, mas a vivência de uma cultura diferente da sua, agrega experiência e provoca uma transformação na visão de mundo deles. Portanto, as **excursões pedagógicas** também são essenciais nesse contexto, pois oferecem tanto para os alunos, quanto para a comunidade, uma experiência de aprendizagem da realidade fora da sala de aula, em um ambiente mais lúdico, onde o território da comunidade torna-se o espaço pedagógico e os moradores assumem o papel dos professores. Como afirma Moraes (2006):

O Turismo Pedagógico tem por objetivo transpor os muros da escola e realizar estudos nos locais visitados, procurando elementos de estudo que

enriqueçam o conteúdo pedagógico. No seu cerne está a preocupação em encontrar a melhor maneira de conduzir a atividade educativa, para alcançar finalidades pedagógicas, por meio da experiência turística. O Turismo Pedagógico se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real. A viagem é uma forma diferente de conduzir os estudos de maneira mais prazerosa e encantadora. No Turismo Pedagógico, os diversos saberes e realidades são articulados como necessidade de reconhecer e conhecer os problemas do mundo, em um ambiente mais lúdico e diferente do cotidiano. (p. 11)

O turismo pode oferecer uma oportunidade para auto-reflexão e transformação pessoal (além disso o conhecimento e o entendimento do outro podem gerar o respeito pela sociedade. (p. 121, 122)

Diferente dos passeios escolares, que geralmente visam o entretenimento e lazer dos estudantes, o **Turismo Pedagógico** pode ser uma importante atividade a ser trabalhada na região, principalmente pela comunidade do bairro rural Ribeirão dos Camargo, com possibilidade de receber a visita tanto de escolas quanto de universidades. Isso devido aos riquíssimos assuntos dos mais variados temas do conhecimento científico que podem ser abordados dentro do território da comunidade, pensando do ponto de vista histórico, ambiental, geográfico, geológico, social, biológico, entre outros, sendo possível a elaboração de diversos tipos de trabalhos e estudos com os alunos em campo com a comunidade, construindo **vivências** que podem ser muito marcantes para os alunos e também para a comunidade.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi feita uma descrição e um levantamento de dados secundários sobre o modo de vida da comunidade Cabocla do Ribeirão dos Camargo, por meio de descrição (densa - Geertz). Realização de trabalhos de campo com o objetivo de vivenciar o modo de vida da comunidade, em que foram elaboradas narrativas visuais da materialidade da cultura. Houve levantamento de alguns aspectos sociais e naturais, como (carências de infraestrutura; atendimento às necessidades básicas e listagem das espécies vegetais manejadas pela comunidade).

De acordo com os objetivos propostos e devido às singularidades do objeto de estudo em questão, sobre o qual se entrelaçam as discussões acerca do social e da natureza, tornou-se necessário adotar dois principais caminhos metodológicos.

O primeiro foi baseado na pesquisa bibliográfica e documental, a partir da qual buscou-se compor a fundamentação teórica do trabalho e compreender os conflitos e desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais no Brasil, em especial, no Vale do Ribeira. Para isso, foram consultadas as bases de dados disponíveis em sites de busca de artigos científicos, como Google Scholar, Web of Science e Scielo, além de bancos de teses e revistas científicas. Também foram consultadas as leis pertinentes com a discussão, o Plano de Manejo do PETAR, Planos de Gestão e trabalhos sobre outras UCs, bases cartográficas e mapas temáticos.

O segundo caminho metodológico se concentrou na realização de 3 trabalhos de campo no município de Iporanga, bairro Ribeirão dos Camargo, nos anos de 2017, 2019 e 2021, acompanhando como aluno e posteriormente monitor da disciplina Cartografia Ambiental, do curso de geografia da USP, ministrada pela professora Sueli Angelo Furlan. Para esta etapa do estudo, foi preciso recorrer a abordagens que vão além do que é de domínio próprio da Geografia. A pesquisa que busca compreender o modo de vida das pessoas requer alguns cuidados adicionais, de modo a garantir que as informações obtidas no contato com essas comunidades sejam fiéis à sua realidade, evitando possíveis distorções. Deste modo, este trabalho buscou identificar, tanto por meio da bibliografia quanto dos trabalhos de campo, averiguar aspectos particulares da comunidade em questão e

identificar os conflitos criados a partir da mudança nas autorizações de uso da terra, e as possíveis soluções para parte desses desafios enfrentados pela comunidade.

Para isso, foi adotada a técnica da observação participante, uma abordagem oriunda da antropologia e própria das pesquisas qualitativas. Essa abordagem pressupõe uma interação entre o pesquisador e o pesquisado que, normalmente, não se limita a um único momento, já que as informações obtidas dependem diretamente das relações estabelecidas com o grupo estudado (Foote Whyte, 2005).

Além desse exercício de observação e escuta da própria comunidade, foram investigados também, por meio da literatura já publicada, mais quatro exemplos de comunidades tradicionais nas quais foi estabelecido o modelo de RDS ou terras remanescentes de quilombo. Aqui, o objetivo era compreender quais caminhos foram adotados por outras comunidades, depois de recuperarem ou receberem os direitos ao uso da terra necessário à manutenção e reprodução de seu modo de vida, além de identificar similaridades com a comunidade Ribeirão dos Camargo e, paralelamente, as potencialidades que também poderiam ser adaptadas e comparadas a este caso específico. Uma das comunidades escolhidas foi a do Quilombo de Ivaporunduva, devido ao expressivo número de iniciativas bem sucedidas que vêm sendo desenvolvidas em seu território, como também pela proximidade geográfica entre as comunidades. As demais comunidades foram selecionadas pois tem implantado diversos modelos de gestão dentro de seus territórios com iniciativas que vem tendo resultados satisfatórios, garantindo sua sobrevivência e uma boa gestão de seus territórios.

Também será realizada a listagem de espécies conhecidas e manejadas pelos moradores do bairro Ribeirão dos Camargo, levantadas por meio de pesquisa bibliográfica já existente sobre o tema, bem como por conversas e entrevistas semiestruturadas com os moradores em trabalho de campo e também por telefone ou aplicativos de mensagens como *Whatsapp*.

Outra atividade realizada junto a comunidade, em trabalho de campo, foi uma oficina participativa, com o objetivo de dar oportunidade da comunidade expor suas vontades e expectativas acerca das atividades econômicas que pretendem realizar na futura RDS. Nessa atividade foi realizada uma conversa para elaborar listagem das espécies vegetais cultivadas, conhecidas e utilizadas por eles de alguma maneira.

Devido ao Turismo ser uma atividade econômica com grande potencial para ser desenvolvida dentro da comunidade, e esse ser um desejo já manifestado pela comunidade, foram levantados e organizados, os principais atrativos turísticos naturais e culturais da futura RDS Ribeirão dos Camargo em formato de roteiro. Para ilustrar da melhor forma esses atrativos, foi elaborado um mapa pictórico, composto de ilustrações, símbolos e figuras, expondo alguns dos principais atrativos turísticos que a comunidade pretende trabalhar em seu roteiro de TBC. Para fazer o mapa pictórico, foi utilizado o *software* QGIS 3.10.12. Os pontos que constam no mapa não estão necessariamente georreferenciados, são somente para mostrar a localização aproximada e as respectivas ilustrações de cada local.

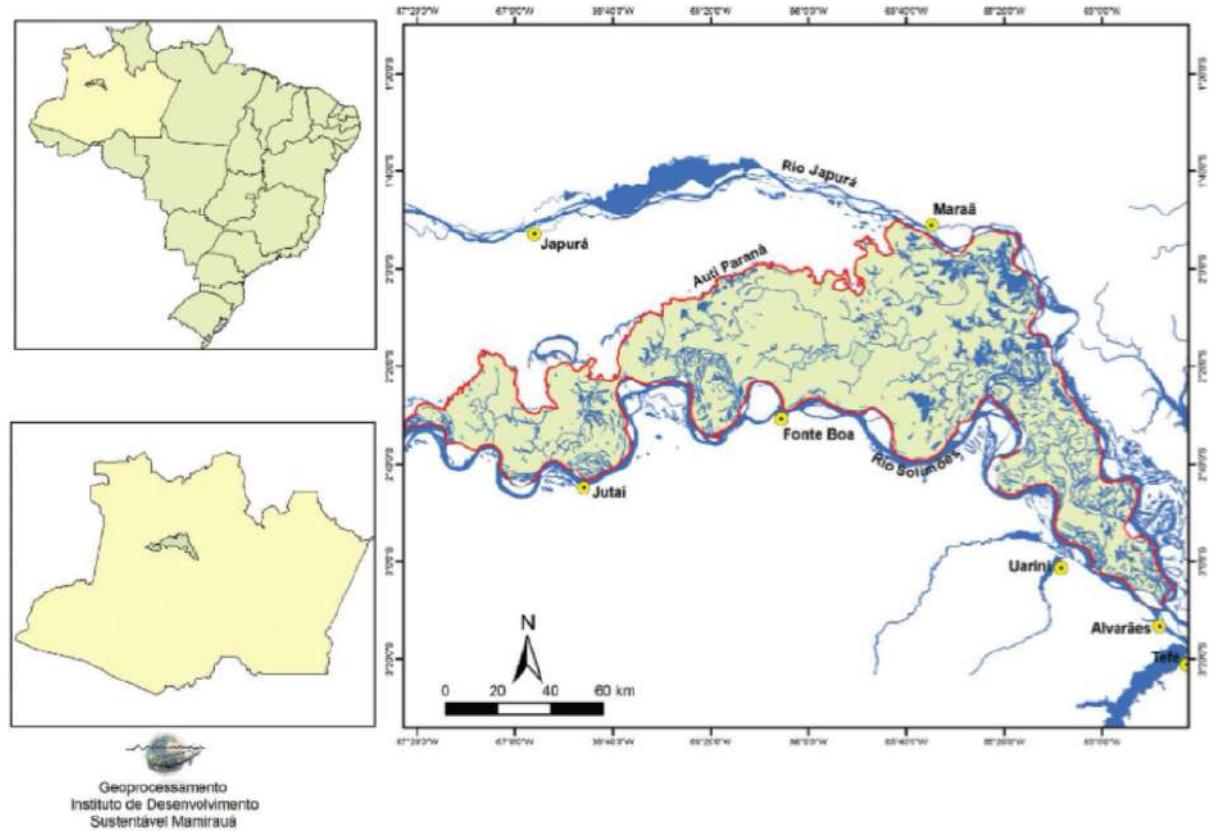
6. A GESTÃO DE OUTRAS UCS DE USO SUSTENTÁVEL NO BRASIL E O BAIRRO RIBEIRÃO

Como a antiga reivindicação da comunidade é pela recategorização do território caboclo de uma UC de proteção integral para uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que está dentro do grupo das UCs de Uso Sustentável, e agora com a destinação da área de seu território constando também no plano de manejo do PETAR, pretende-se trazer neste capítulo alguns breves exemplos de como está ocorrendo o processo de gestão em outras Ucs desse tipo pelo Brasil. Para isso, foram escolhidos 4 exemplos de UCs de Uso Sustentável, algumas delas RDS, e têm tido experiências positivas em sua gestão, tornando-as viáveis, sustentáveis e garantindo a posse das comunidades tradicionais sobre seus territórios de forma digna. Para esse caso serão apresentadas a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), RDS Puranga Conquista, ambas localizadas no Estado do Amazonas, o Quilombo de Ivaporunduva, e a RDS Quilombo Barra do turvo, ambas localizadas no Vale do Ribeira. Tais comunidades podem servir de exemplo para a comunidade do Ribeirão dos Camargo, devido às atividades e iniciativas que vêm sendo implementadas em seus territórios, que estão gerando resultados positivos e podem ser adaptadas na futura RDS Ribeirão dos Camargo conforme a demanda da comunidade.

6.1 RDS MAMIRAUÁ – RDSM.

A RDS Mamirauá é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, localizada dentro do bioma da Floresta Amazônica, no Estado do Amazonas, próximo a cidade de Tefé, entre as confluências do Rio Solimões e Japurá. Quase toda a reserva fica inserida no ecossistema de várzea, e nos meses das cheias, geralmente entre maio e junho, toda a RDS fica sob as águas. Essa UC é contemplada por vários tipos de proteção a nível estadual, nacional e internacional. Compõe a Reserva da Biosfera da Amazônica Central (UNESCO), o Sítio Natural do Patrimônio Mundial (UNESCO) e também faz parte do Corredor Central da Amazônia.

Figura 3 - Mapa de localização RDS Mamirauá.



Fonte: https://pdfhost.io/v/eNGrTbWZH_PG_Volume_01pdf.pdf (acesso em 09/05/2021)

Sua gestão é feita pelos Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC-SDS, a Sociedade Civil Mamirauá – SCM (co-gestora) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM/MCT (como braço executivo da SCM), por meio de um sistema de cogestão. Segundo seu Plano de gestão, MCT/IDSM (2010 p. 24)

“No interior da RDSM são desempenhadas atividades típicas do sistema de subsistência natural do ambiente de várzea, com realização de um agricultura familiar de subsistência, pesca artesanal e comercial, exploração madeireira e de produtos florestais não madeireiros, além de uma atividade recentemente introduzida, o Turismo de Base Comunitária.”.

São muitas as formas de uso da UC, sendo eles de caráter científico, educação ambiental, o turismo de base comunitária, e o desenvolvimento sustentável regional. As principais dificuldades de gestão da RDS, apontadas em seu Plano de Gestão, são devido ao fato de se tratar de uma área de grandes dimensões, com uma população bastante diversa. A implantação de um sistema de

vigilância que cubra toda a imensidão do território dessa reserva tem sido uma dificuldade para os moradores.

Outra dificuldade existente até o momento é a pendência da regularização fundiária dos moradores da RDSM, segundo apontado no Plano de Gestão da RDS, ao longo desses anos, o IDSM recebeu o contato de inúmeros moradores e ex-moradores que possuem documentos e reivindicam a posse de terras no interior da RDSM. Esses problemas de sobreposição das terras acabam por trazer insegurança fundiária, o que atrapalha o bom funcionamento da gestão da RDS. Além disso, outro fator que agrava esse problema é o fato de que até o presente momento os moradores da RDSM não possuem qualquer tipo de documentação oficial regularizando a presença da comunidade no território. Segundo MCT/IDSM (2010, pg. 26), as CDRUs (Concessões de Direito Real de Uso), são documento emitidos que podem regularizar a presença e a posse dos moradores, geralmente em uma pequena porção do território da RDSM, onde se localiza a moradia da família. É importante lembrar que dentro da reserva existem áreas de domínio do domicílio (casa, roçado, etc) e espaços de domínio comum (da comunidade, e mesmo do setor que reúne várias comunidades). Isso implica também na necessidade da emissão de CDRUs que abarque também as áreas comunais do território, visto que os conflitos territoriais estão se tornando cada vez mais frequentes.

6.2 RDS PURANGA CONQUISTA

A RDS Puranga Conquista é uma Unidade de Conservação de Uso sustentável localizada no Estado do Amazonas. Segundo consta na plataforma do Instituto Socioambiental (ISA), possui uma área de 76.936 hectares e foi criada em 2014. É formada por partes da Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Esquerda do Rio Negro Setor Apuriá-Apuauzinho e cerca de 85% do Parque Estadual (Parest). A criação dessa UC, é resultado de uma grande luta das comunidades indígenas que a compõem, sendo elas: Deus Proverá, Tatulândia, Caioé, Baixote, Araras, Bela Vista, Santa Maria, Terra Preta, Vila Nova do Chita, Pagodão, Barreirinha, Boa Esperança, Nova Esperança, São Francisco do Solimõeszinho e Nova Canaã.

Devido a grande extensão dessa RDS, neste subcapítulo, será analisada somente a comunidade indígena Nova Esperança. Essa comunidade, localiza-se na zona rural do Município de Manaus, dentro do Rio Cunheiras, na margem esquerda, denominada Mosaico do Baixo Rio Negro. Foi fundada no ano de 1996, resultado da migração indígena do município de Santa Isabel, por motivos econômicos, de saúde e sociais.

Devido ao fato das famílias serem parentes, isso ajudou na organização da comunidade. Possuem hábitos de trabalhos coletivos como a farinhada, mutirões de limpeza, de produção agrícola e artesanato. O artesanato é uma das fontes de renda da comunidade, que produzem brincos e pulseiras a partir de sementes coletadas na região, produzem também outros artefatos como canoas, remos, pequenas estátuas esculpidas em madeira, ilustrando animais da fauna amazônica, arco, flecha, zarabatana, peneiras, dentre outros.

Figura 4 - Artesanato produzido pela comunidade da RDS Puranga Conquista.



Fonte: Revista Brasileira de Ecoturismo, 2019.

Quanto aos equipamentos sociais, a comunidade possui uma escola Municipal que oferece aulas do ensino fundamental e médio. Existe também um posto de saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com agentes de saúde

indígenas, médicos que visitam a comunidade uma vez por mês pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA). A captação de água é feita por meio de um poço artesiano. Quanto à energia elétrica, é gerada por meio de um motor comunitário, com seus custos de operação sendo divididos entre as famílias. Os resíduos sólidos são queimados ou aterrados, já os resíduos orgânicos servem de adubo ou alimento para os animais de criação.

Referente aos alimentos produzidos nas roças da comunidade, estes geralmente são para o autoconsumo dos indivíduos e são muito variados como: goma, tucupi, tapioca, beju, farinha de mandioca, bem como frutas e verduras como: abacaxi, mamão, cará, banana, ingá, mana cubiu, pimenta, macaxeira, batata-doce, jerimum e melancia.

As principais atividades econômicas que compõem a renda das famílias da comunidade são: artesanato, agricultura, espeto (utensílio de madeira descartável), pesca, extração de madeira e turismo. O turismo é uma relevante atividade econômica praticada pela comunidade. Segundo a Revista Brasileira de Ecoturismo, (2019, pg. 516), a comunidade recebeu as primeiras visitas de turistas no ano de 2005. Já no ano de 2010, um grupo de 15 comunitários se reuniu com a equipe do IPE, para fazerem juntos o levantamento de potenciais atrativos turísticos. Posteriormente os moradores da comunidade participaram de intercâmbios em outras comunidades que já realizavam o Turismo de Base Comunitária em outras cidades, isso em parceria com a Central de Turismo Comunitário na Amazônia. Alguns dos serviços oferecidos pela comunidade dentro do Roteiro Turicon são: refeição; hospedagem; farinhada; monitor de artesanato e canoagem. Segundo os resultados apontados no estudo, essa atividade vem gerando bons retornos no sentido de complementar a renda da comunidade. No entanto, um dos principais desafios dessa atividade é a sazonalidade da atividade turística na região, o que demanda estratégias para vencer essa dificuldade.

Figura 5 - Café da manhã servido aos turistas.



Fonte: Revista Brasileira de Ecoturismo, 2019:

O estudo ainda aponta algumas vantagens da atividade turística na comunidade, tais como: revalorização da natureza e da cultura local, utilizando-se desses recursos como ativos econômicos. Nesse sentido, o TBC valoriza a cultura local, pois estabelece outras relações que vão além do lucro, sendo este uma espécie de intercâmbio entre as culturas. Geralmente a alimentação que é fornecida aos turistas é produzida de forma orgânica pela própria comunidade, evitando o transporte dos alimentos produzidos em outras localidades até a comunidade.

6.3 QUILOMBO IVAPORUNDUVA

Localizado no município de Eldorado-SP, às margens do Rio Ribeira de Iguape, segundo Martins (2015 p. 34), o Quilombo de Ivaporunduva é uma comunidade composta por 109 famílias que vivem em uma área de 2.754,36 hectares. É considerada a comunidade quilombola mais antiga da região, com o início do seu povoado sendo datado do séc. XVII, sua história está relacionada à exploração de ouro de aluvião. Segundo Bernini (2009) “A pavimentação da rodovia

BR 116, na década de 60, e por consequência, a expansão da agricultura comercial, da especulação imobiliária e grilagem de terras, teve como resultado a intensificação de conflitos por terra na região do Vale do Ribeira.”. Dentro desse contexto de forte pressão em suas terras, muitos moradores da comunidade foram obrigados a se mudar para outras cidades como Curitiba e São Paulo, em busca de novas oportunidades. Os que ficaram, tiveram que conviver com as variadas pressões sobre eles.

Segundo Martins (2015, p. 37), “em 1994, foi fundada a Associação Quilombo de Ivaporunduva.” Em 2010, a comunidade conseguiu o Registro em cartório de suas terras, sendo a primeira comunidade do Estado de São Paulo a conseguir esse título definitivamente. Com a situação fundiária resolvida, a comunidade se organizou para estruturar atividades produtivas em seu território, com o objetivo de geração de renda para seus moradores. Segundo ETEANM (2013), os 3 setores produtivos principais em que se estruturou a comunidade são: agricultura, artesanato e turismo.

Uma das principais atividades da comunidade é a produção e comercialização de banana orgânica, que é certificada pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). O artesanato também se constitui como uma fonte de renda significativa para a população, segundo Martins (2015, p. 40) “cerca de 70% dos produtos são comercializados na própria comunidade para os visitantes, e o restante é vendido em feiras e eventos” (ETEANM, 2013). Outra atividade complementar a renda dos moradores é o turismo, denominada pelos moradores de ecoetnoturismo, que é voltada para o conhecimento do modo de vida local e a conservação da natureza. Ainda segundo Martins (2015, p. 39), “as escolas são o principal público-alvo do turismo na comunidade e para atendê-las, foram organizadas diversas atividades em foco histórico cultural, tais como: oficinas culturais, visita a área de cultivo de banana orgânica, roteiro pela área central do bairro e palestras com temas que se relacionam com a história, cultura, lutas, aspectos ambientais e desafios atuais da comunidade e da região. Também são oferecidos serviços de alimentação, monitoria ambiental e hospedagem, além da comercialização de artesanatos e produtos da agricultura local (ETEANM, 2013, PUPO, 2009).”.

A agricultura de autoconsumo também é uma atividade muito presente no cotidiano dos moradores, “com roças de milho, feijão, arroz, mandioca, entre outros.” (ISA, 2008). Outra iniciativa importante foi o “repovoamento do Palmiteiro Juçara, desenvolvido em parcerias entre o poder público e ONGs, com o objetivo de recuperação da espécie, mas também com o intuito -ainda futuro- de manejo sustentável como alternativa de renda para as famílias”. (PEDROSO, 2008). Ações como troca de sementes crioulas e plantio de mudas, também são comuns entre os moradores da comunidade.

Quanto aos equipamentos sociais e infraestrutura existentes no bairro, Martins (2015, pág. 41) aponta os seguintes:

- uma escola chamada “Bairro Ivaporunduva” que oferece educação do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental;
- um posto de saúde;
- dois orelhões;
- centro comunitário; banheiros, cozinha e o telecentro, com sinal de internet;
- quadra poliesportiva;
- um cemitério, que se localiza em uma área mais alta;
- Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos (tombada pelo CONDEPHAT);
- galpão de beneficiamento da banana;
- pousada comunitária.

Ainda deve se ressaltar que, como apontado por Martins (2015) todas as residências do bairro possuem energia elétrica e são atendidas pelo sistema de abastecimento de água. O principal acesso ao bairro se dá por meio de uma ponte que foi inaugurada em 2010.

6.4 RDS QUILOMBOS BARRA DO TURVO

A RDS Quilombo Barra do Turvo é uma UC de Uso Sustentável localizada no Vale do Ribeira - SP. É integrante do Mosaico do Jacupiranga - MOJAC, juntamente com outras 14 UCs, este que foi criado no ano de 2008 pela Lei 12.810/2008, recategorizando assim o Parque Estadual do Jacupiranga, criado como UC de proteção integral em 1969. Quatro bairros de origem quilombola compõem a RDS Quilombo Barra do Turvo, sendo estas, Cedro, Terra Seca, Ribeirão Grande e Pedra Preta-Paraíso, localizados no Município de Barra do Turvo - SP, que fica a cerca de 150 km de distância de Curitiba e 320 km de São Paulo.

Acredita-se que existam em torno de 136 famílias quilombolas que vivem dentro da RDS, possuem uma forte relação de parentesco entre elas. Não existem escolas dentro do território da RDS, o que faz com que os alunos tenham que se deslocar por meio de ônibus escolar até os bairros de Rio Vermelho e Rio Indaiatuba, no próprio município de Barra do Turvo. Do mesmo modo não há Posto de Saúde no território da RDS, o que obriga os moradores a se deslocarem até a sede do Município para terem atendimento médico, por mais simples que este seja.

Segundo Santos e Garavelho, 2016, um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade, que ocasiona a migração, principalmente da população jovem, para centros urbanos como Curitiba e São Paulo é a falta de remuneração pelo trabalho exercido pelos moradores. A falta de acesso ao ensino, principalmente para alunos do segundo grau, também é um grande fator que impacta na vida dos jovens e ocasiona essa migração.

Ainda segundo Santos e Garavelho (2016, p. 202), no caso da produção agroalimentar, de acordo com o Plano de Utilização da RDS Quilombo de Barra do Turvo, elaborado em 2010, é estimado que cerca de 35% da RDS é constituída de vegetação em estado avançado de regeneração, cerca de 40% apresenta algum tipo de uso da terra, (criação de gado, monocultivo de pupunha, mandioca, cana), 6% uso baseado em sistema agroflorestal e os outros 6% baseados em estabelecimento de roças tradicionais, conhecido também como roça de coivara. Algumas das variedades legumes, verduras e temperos cultivados pela comunidade estão dispostas no quadro abaixo:

Tabela 1 - Variedade de frutas, legumes e verduras cultivados pelos moradores da comunidade RDS Barra do Turvo.

Verduras e legumes	Abobrinha, milho, alface, quiabo, almeirão, nabo, agrião, maxixe, acelga, pepino, brócolis, tomate, batata-doce, mandioca, abóbora, rabanete, beterraba, rúcula, berinjela, mostarda, couve, vagem, chuchu, repolho, cará, couve-flor, chicória, cenoura, espinafre, escarola, feijão pardinho, jiló, gengibre, inhame, mandioquinha.
Frutas	Abacaxi, abacate, banana nanica, banana da terra, banana ouro, banana maçã, banana prata, ameixa amarela, acerola, caqui, carambola, fruta do conde, figo, jabuticaba, jaca, laranja, goiaba, graviola, maracujá doce, maracujá azedo, limão, mamão, pêssego, tangerina, ponkan.
Temperos	Cheiro verde, cebolinha, pimentão, pimenta, salsa.

Fonte: Santos e Garavelho, 2016:

Devido a recategorização do território para uma RDS, os agricultores puderam fazer o uso da terra não mais de uma forma clandestina o que possibilitou o manejo e o cultivo de uma boa variedade de alimentos. Isso representa para os moradores da RDS Quilombo Barra do Turvo uma certa autonomia alimentar, o que lhes garante alimentos nutritivos, de boa qualidade e livre de agrotóxicos. Conforme Santos e Garavelho, 2016, a venda para o público externo também pode ser uma fonte de renda para algumas unidades familiares, no entanto a maior parte da produção é utilizada para o autoconsumo.

6.5 Relação de aspectos comuns entre as comunidades

Este subcapítulo visa relacionar de forma resumida alguns aspectos que essas comunidades escolhidas tem e que podem servir de exemplo para a futura RDS Ribeirão dos Camargo em seu processo de gestão do território. Para realizar essa comparação, foram utilizadas nuvens de palavras, as quais foram feitas a partir dos textos aqui escritos onde são apresentadas características das UCs escolhidas

para serem usadas como referência, devido a alguns modelos de gestão que foram implantados e que vem dando certo nesses territórios. Esse método possibilita uma breve comparação e permite relacionar esses lugares pois deixa em evidência as palavras que mais aparecem nos respectivos textos. Ao analisar o conteúdo das nuvens de palavras, pode-se observar alguns aspectos que dizem respeito a cultura, alimentação, problemas sociais, etc. Com isso, é possível fazer algumas comparações e adaptações de atividades que ocorrem nas referidas UCs. A seguir apresenta-se as nuvens de palavras das respectivas UCs já referidas nos textos.

• RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Figura 6 - Nuvem de palavras RDSM.



Fonte: autoria própria, produzida utilizando o site *wordcloud*.

No caso da nuvem de palavras que remete ao texto da RDS Mamirauá, percebe-se em destaque as palavras “RDS” e “RDSM”, também aparecem as palavras “gestão”, “conservação”, “sustentável”, “reserva”, “amazônica”, “roçado”,

“comunidade”. Alguns problemas e ameaças enfrentados pela comunidade também aparecem, como “sobreposição”, “madeireiros”, “regularização”, “educação”, “insegurança”, “dificuldade”. Atividades, que remetem ao modo de vida da comunidade, como “artesanato”, e “pesca”. As palavras “Turismo” e “agricultura” também aparecem, indicando, possivelmente, a importância dessas atividades econômicas para a comunidade.

• RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PURANGA CONQUISTA

Figura 7 - Nuvem de palavras RDS Puranga Conquista.



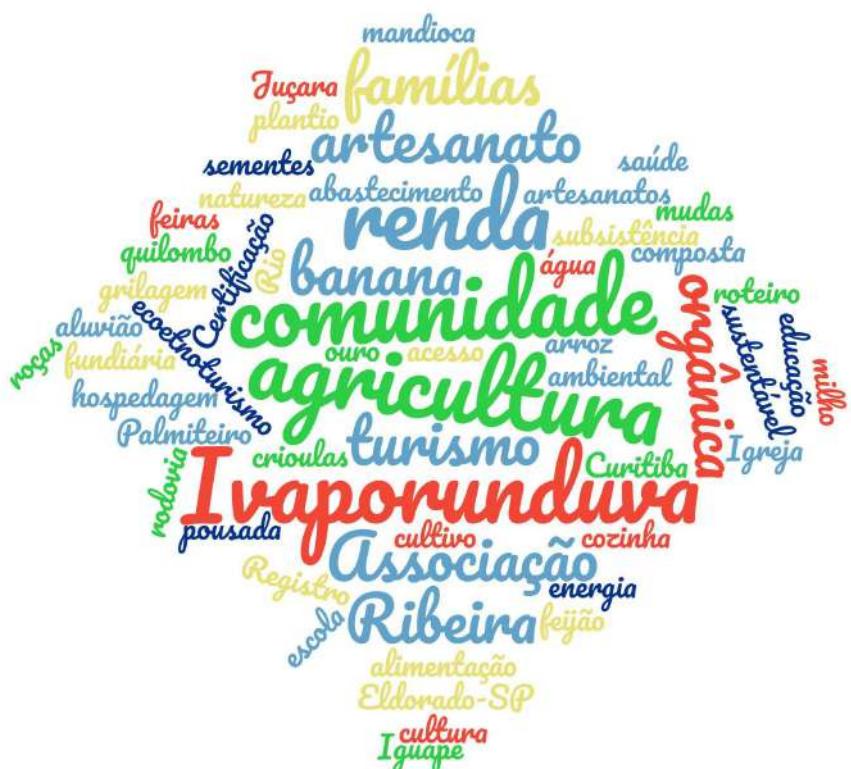
Fonte: autoria própria, produzida utilizando o site *wordcloud*.

No caso da RDS Puranga Conquista, pela nuvem de palavras, nota-se a importância de atividades como “artesanato”, “agricultura”, “turismo”, “pesca”, entre outras. Também é possível identificar algumas espécies cultivadas por eles tais como “mandioca”, “abacaxi”, “banana”, “batata-doce”, “mamão”, “melancia”, “ingá”, “jerimum”, entre outras. É possível identificar alguns produtos alimentícios como “tucupi”, “beju”, “tapioca”, entre outras. De artesanato, aparecem os elementos “flecha”, “zarabatana”, “pulseiras”, etc. Referente a alguns elementos culturais,

pode-se identificar as palavras “pagodão”, “mutirão”, entre outras. As palavras “regularização”, “desafios”, “médicos”, “saúde”, “educação”, “sazonalidade” remetem a aspectos de dificuldades enfrentados por eles.

• QUILOMBO IVAPORUNDUVA

Figura 8 - Nuvem de palavras Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: autoria própria, produzida utilizando o site *wordcloud*.

No caso da nuvem de palavras que remete ao texto do Quilombo de Ivaporunduva, percebemos, além das palavras que dão nome à UC, nota-se pelo destaque, que a palavra “agricultura” chama a atenção, com destaque também para “banana” e “orgânica”, indicando também a importância desse cultivo para eles. A palavra “associação” também ganha certo destaque no texto, também dando ênfase à importância da associação para a condução da gestão do território. A palavra

“turismo” também ganha certo destaque, o que também representa certa relevância dessa atividade econômica para eles, no sentido de complementação de renda e valorização de sua cultura, representando tudo isso também pela palavra “ecoetnoturismo”, que aparece na figura. Alguns problemas e dificuldades enfrentadas pelos moradores do quilombo também aparecem, sendo eles representados pelas palavras “grilagem”, “conflitos”, “palmiteiros”, “saúde”, “escola”. Algumas espécies cultivadas por eles também ficam evidentes, como o caso da banana, já comentado anteriormente, mas aparecem também “Juçara”, “arroz”, “mandioca”, “milho”, entre outras.

• **QUILOMBOS BARRA DO TURVO**

Figura 9 - Nuvem de palavra Quilombos Barra do Turvo



Fonte: autoria própria, produzida pelo site wordcloud

No caso da RDS Quilombos Barra do Turvo, percebe-se que ficam em evidência muitos dos alimentos cultivados para autoconsumo, como banana, abacaxi, maracujá, mandioca, entre outros. Alguns problemas como ausência pela devida remuneração do trabalho agrícola e migração também ficam em evidência

• RDS RIBEIRÃO DOS CAMARGO

Figura 10 - Nuvem de palavras Ribeirão dos Camargo.



Fonte: autoria própria, produzida utilizando o site *wordcloud*.

No caso do Ribeirão dos Camargo, nota-se as palavras “comunidade” e “família” em destaque, junto com o nome da comunidade, reiterando o fato de que a maioria dos membros da comunidade são descendentes das mesmas famílias. A palavra “Iporanga” também aparece em destaque, por ser a cidade onde fica a comunidade, bem como a palavra “PETAR”, que também aparece na imagem. Ainda

é possível perceber aspectos ligados à agricultura, como as palavras “plantio”, “agricultura” e “criação” em evidência. Até mesmo é possível identificar algumas espécies cultivadas por eles, sendo as que mais se destacam o “milho”, “arroz” e “feijão”, também aparecem variedades como “abóbora”, “pepino” e “banana”, por exemplo. No que diz respeito a criação de animais, aparecem as palavras “porcos”, “cavalo”, “burro”, “frango”, “galinha”, “ovos”, “leite”. A partir da observação dessas palavras é possível ter um pouco da ideia de quais variedades de alimentos vem sendo cultivadas em suas roças, bem como animais de criação.

A figura ainda deixa em evidência algumas das práticas coletivas tradicionais da comunidade, tanto de trabalho como festividades, representados pelas palavras “puxirão”, “mutirão”, “reunida”, “festas”, “religiosas”, “coivara”, “arrastapé”, “fandango”, como também “calendário”, o qual diz respeito ao calendário da comunidade, relacionando suas festividades religiosas com a época certa de roçar as mais variadas espécies vegetais que são cultivadas por eles.

Quanto aos aspectos sociais da comunidade, nota-se algumas palavras que remetem à algumas carências que essa comunidade enfrenta ainda nos dias de hoje. Sendo estas representadas pelas palavras “escola”, “estudo”, “saúde”, “professores”, “iluminação”, “elétrica”, “esgoto”, “saneamento”, “subsistência”, “renda”, “dificuldade”, entre outras. Ainda é possível identificar alguns recursos necessários para a sobrevivência da comunidade, alguns destes disponíveis em seu território e outros que eles precisam se deslocar até a cidade para comprar, tais como “sal”, “combustível”, “querosene”, “lenha”, “madeira”, “sementes”.

6.6 Ribeirão dos camargo, aspectos sociais, econômicos e o modo de vida tradicional caboclo.

Ribeirão dos Camargo é um bairro rural, constituído de várias famílias caboclas, parte deles vive dentro do PETAR. Nesse contexto, este subcapítulo visa dar um enfoque maior aos moradores residentes na parte interna do Parque, descrevendo um pouco de seus aspectos sociais, econômicos e o modo de vida da comunidade.

6.6.1 Aspectos Sociais

A comunidade carece de muitas condições básicas de um ser humano no século XXI, como luz elétrica, saneamento básico, habitação e acesso à saúde. Neste subcapítulo foram descritos aspectos sociais da comunidade, divididos em quatro tópicos, sendo eles: **habitação e condições de vida, saúde e educação, aspectos econômicos e o modo de vida da comunidade.**

a) Habitação e condições de vida

As habitações dos moradores dos Camargo são muitas vezes construídas com materiais da região como barro e madeiras extraídas da mata para compor a estrutura, além de folhas de palmeiras para cobertura. Outras casas já são feitas por uma mescla de alvenaria e tábuas, cobertas com telhas de amianto. Poucas residências são feitas totalmente de alvenaria.

Não existe luz elétrica no interior do parque, portanto os moradores dessa parte do bairro não possuíam energia elétrica em suas casas até pouco tempo atrás, devido a isso, a parte das telecomunicações como internet e telefone também não existiam. Também nunca houve nenhum telefone público no bairro. Até pouco tempo atrás, a iluminação era feita com lampiões a óleo diesel ou querosene, comprados pelos próprios moradores. O abastecimento de água também não existe, e é de responsabilidade de cada morador, fazer sua própria captação, que geralmente é feita nos rios, córregos e nascentes próximas das casas. Também não existe nenhum tipo de coleta e tratamento de esgoto, ficando a cargo dos moradores também a construção de fossas para captação dos rejeitos domésticos de suas residências.

Atualmente estão sendo instaladas placas solares para energia elétrica. Recentemente, primeiro em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), e em um segundo momento, pela própria empresa de companhia elétrica, houve a instalação de placas solares (fig. 11) em algumas residências, no entanto eles relatam que as placas funcionam bem, mas sua potência não suporta a utilização de equipamentos que gastam muita energia, como um chuveiro elétrico, por exemplo.

Figura 11 - Registro das placas de energia solar que estão sendo instaladas nas casas dos moradores da comunidade, sendo essa na casa da sra. Dirce Ferreira Lima.



Fonte: acervo próprio.

A instalação das placas solares trouxe aos moradores a oportunidade de obter uma antena de internet (fig. 12), possibilitando assim a comunicação dos membros da comunidade via internet. Porém, esse convênio que possibilitou a instalação da antena de internet funcionará dentro de um prazo preestabelecido, restando incerta a possibilidade de renovação.

Segundo Diegues *et al* (2014 p. 41) os moradores da comunidade também não contam com nenhum meio de transporte para se locomoverem até o centro da cidade. Geralmente esse trajeto é feito a pé, a cavalo, moto ou de carona. Dentro do bairro, o transporte ocorre somente a pé ou a cavalo. Algumas pontes e acessos não podem ter algum tipo de manutenção devido às restrições ambientais que existem na área, o que dificulta ainda mais a mobilidade dos moradores do bairro. A grande maioria utiliza fogão a lenha (fig. 13) para cozinhar. Segundo Diegues *et al* (2014), a dieta deles geralmente é composta por alimentos produzidos em suas roças, como café pilado e torrado no fogão de lenha, feijão, milho, arroz, hortaliças, ovos, frangos, mandioca, entre tantos outros alimentos que eles plantam. O estoque geralmente é feito em sacos que ficam armazenados em alguns cômodos distribuídos pela casa.

Figura 12 - Registro de antena de internet rural via satélite, instalada na casa da sra. Dirce Ferreira Lima.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 13 - Fogão de lenha típico nas casas dos moradores da comunidade Ribeirão dos Camargo.



Fonte: Acervo próprio.

b) Saúde e educação

Segundo consta Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018, p. 403), a comunidade tem assistência médica por meio do programa saúde da família (PSF), que conta apenas com um enfermeiro e um agente de saúde, as visitas ocorrem uma vez por mês em locais combinados. Casos mais complexos e de emergência são encaminhados para o Posto de Iporanga (10 km do bairro) ou para o Hospital Regional em Paríquera-Açu (140 km do bairro).

Em conversas feitas no trabalho de campo, relatam os moradores que durante a pandemia, não houve nenhuma campanha de conscientização ou ajuda por parte do governo no combate ao coronavírus. Contaram ainda sobre a dificuldade que é ter acesso a um equipamento de saúde para realização de consultas, exames ou emergência, isso por causa do isolamento que a comunidade enfrenta, devido a distância e agravada pela precariedade das estradas de acesso. Sobre a vacinação contra o coronavírus, os membros da comunidade relataram que não foram vacinados como membros de populações tradicionais, as quais tiveram direito a uma antecipação no cronograma de vacinação, tendo que aguardar a faixa

etária correta de cada um dos moradores conforme cronograma estabelecido no planejamento da Secretaria de Saúde para toda população.

Segundo Diegues *et. al* (2014) atualmente o bairro possui apenas uma escola, onde funciona uma sala do pré e outra sala multisseriada do 1º ao 5º ano. Até o início dos anos 90 havia uma escola, conhecida como Escola do Morro do Chumbo, tinha turmas da 1ª a 4ª série e estava inserida no interior dos limites do território reivindicado pela comunidade. Essa escola foi fechada, devido a precariedade da estrada de acesso que levava até ela, por falta de manutenção, que dificultava o acesso de professores e alunos, principalmente nos dias de chuva. Os moradores reivindicam a reabertura da Escola do Morro do Chumbo, isso porque para estudarem, algumas crianças que moram no bairro podem precisar percorrer cerca de 2 horas de caminhada para tomarem a condução que as leva até a escola Municipal Bairro Ribeirão e a Escola Estadual e Municipal de Iporanga. Isso porque devido às condições da estrada do bairro, o ônibus não entra dentro do território caboclo, chegando somente até a guarita do parque. Somente esse deslocamento já causa grande desgaste físico para os pais e alunos, desafio que se intensifica ainda mais nos dias de chuva. Inúmeros pedidos foram feitos pela Associação das Comunidades Caboclas Ribeirão dos Camargo visando a reativação da escola, no entanto foram negados com o argumento que haveriam poucos alunos e o investimento não compensaria.

c) Estradas e acessos da comunidade

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade é o isolamento devido às condições de acesso das estradas e pontes que levam até seu território. Além da distância do núcleo urbano de Iporanga, a estrada que leva até o território caboclo não é asfaltada, é muito esburacada e com pontes precárias, sendo uma das mais conhecidas a chamada “ponte do Maluf”, a qual não foi concluída, sendo executada somente até a metade do Rio e posteriormente abandonada, deixando a comunidade em uma situação de isolamento. Quando chove é outro problema, formam-se atoleiros na estrada e alguns trechos podem ficar intransitáveis para carros sem tração nas 4 rodas. Para garantir o acesso até o território caboclo, a outra metade foi feita de madeira, construída já há algum tempo (fig. 14 a 17). Encontra-se em um estado de conservação muito precário, devido ao processo de decomposição das estruturas de madeira, muitas delas sendo atacadas por fungos e

cupins, possuindo várias tábuas que já se desprenderam ou estão podres, oferecendo assim um risco para quem a utiliza, pois caso alguém venha a cair no vão entre as tábuas, pode ter uma séria lesão, ou até mesmo fraturas.

Figura 14 - Ponte do Maluf, que dá acesso ao bairro e a sede da associação Rib. dos Camargo, terminada somente até a metade do rio, com a outra parte feita de madeira.



Fonte: acervo próprio.

Figura 15 - Continuação da ponte do Maluf, parte de madeira improvisada para acesso de pedestres ao bairro Rib. dos Camargo. Com detalhe para o vão entre as tábuas.



Fonte: acervo próprio.

Figura 16 - Parte improvisada da ponte do Maluf, para acesso de pedestres ao bairro. Com detalhe para o apropredamento das tábuas.



Fonte: acervo próprio.

Figura 17 - Sr. Benedito mostrando a situação precária do acesso ao bairro Ribeirão dos Camargo.



Fonte: acervo próprio

Vale ressaltar que alguns membros da comunidade são idosos, e possuem certas limitações de mobilidade física, e a ponte dessa maneira gera um risco ainda maior para eles, sobretudo por ser o único meio de acesso à casa de alguns dos moradores. Recentemente, foi iniciada uma obra para substituir a ponte de madeira antiga por outra de estrutura feita de concreto e tábuas, mas até a data do trabalho de campo, final de 2022, ainda não havia sido concluída, conforme registros nas fig. 18 e 19.

Figura 18 - Ponte nova com estrutura de concreto armado que foi iniciada e ainda não concluída.



Fonte: Fernanda Bozzi.

Figura 19 - Ponte nova com estrutura de concreto armado que foi iniciada e ainda não concluída.



Fonte: Fernanda Bozzi.

d) Aspectos econômicos

Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018), todos os moradores da área interna do Parque vivem da agricultura e criação de animais para autoconsumo (arroz, feijão, milho e hortaliças, galinhas e porcos). Raramente, quando há excedente na produção, levam até Iporanga para serem vendidos". Portanto, nota-se que basicamente toda a atividade econômica dos moradores do bairro gira em atividades para o autoconsumo.

Ainda segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2018, p. 404) "A renda familiar é obtida através da venda de excedentes dos produtos da roça e nas atividades que desenvolvem como diaristas em propriedades próximas. Atualmente, a maioria dos moradores (cerca de 80%) também conta com auxílio financeiro governamental como o Programa Bolsa Família, do Governo Federal, e o Programa Renda Cidadã, do governo estadual. A renda média de cada família gira em torno de 300 a 400 reais." (Pedroso, et. al 2014). Segundo Diegues et. al (2014, p. 33), "a

sede do município é o local principal de comercialização dos produtos dos pequenos agricultores, como arroz, feijão, banana, frutas da estação, verdura, ovos, leite e animais de criação (gado, galinhas e porcos). Também é na cidade que se abastecem dos produtos necessários do cotidiano, entre os principais podemos citar o combustível para os lampiões de pavio, fósforo e sal. Também é muito comum no bairro Ribeirão, que os moradores mantenham relações de troca (não monetária) entre si. Como exemplos podemos citar a troca de sementes, de frutas, legumes ou verduras da roça, de animais de criação.”.

Muitos jovens quando crescem buscam empregos em cidades maiores como São Paulo e Curitiba, geralmente esses trabalhos estão ligados a construção civil, atividades domésticas, auxiliares em linha de montagem em fábricas, etc. Os que ficam, geralmente trabalham como diaristas prestando serviços de atividades agrícolas em propriedades vizinhas ou próximas ao bairro

6.6.2 Modo de vida caboclo do bairro Ribeirão dos Camargo.

Muitos aspectos ligados ao modo de vida da comunidade estão ligados às práticas agrícolas, festividades religiosas, respeitando um calendário e organização própria, oriundos de conhecimentos tradicionais. Muitas práticas de trabalho que exigem muita mão de obra, são executadas por meio de trabalhos coletivos onde os membros da comunidade se juntam para executar determinada tarefa como abrir roças, caminhos, construir e reformar casas, pontes, etc. Tais práticas de trabalho coletivo são regidas por códigos de conduta próprios da comunidade, que serão mais detalhados a seguir.

a) Práticas de trabalhos coletivos

Como já mencionado neste estudo, os moradores do bairro rural Ribeirão dos Camargo são basicamente agricultores e possuem seu sistema próprio de agricultura tradicional, baseado principalmente na técnica da *coivara*. Alguns aspectos como as práticas de trabalho em grupo na agricultura, as festividades religiosas e a relação com o calendário agrícola são muito marcantes nessa comunidade. Como demonstra Diegues et. al (2014, p. 31), as práticas de trabalhos coletivos, herdadas de seus antepassados, ainda são muito marcantes em seu modo de vida tradicional. As práticas mais comuns, segundo Diegues et. al (2014, p.

31) são o *puxirão*, a *reunida/mutirão* e a *troca de dias*. Apesar das limitações ambientais, essas práticas, quando ocorrem, são feitas para ajudar algum morador a abrir algum espaço para roçado, abertura de caminhos, construção/reformas de residências, pontes, entre outras atividades.

Ainda segundo Diegues et. al, (2014, p. 31), o *puxirão* “é convocado quando algum trabalho mais pesado necessita ser feito em um espaço curto de tempo e o espaço familiar não é suficiente.”. O dono da casa, ou o “*puxador*” fica responsável pela alimentação das pessoas e antigamente ainda a tradição era a de que acontecesse uma festa, de “*fandango*” ou “*arrastapé*”.

O *mutirão* ou *reunida*, como demonstrado por Diegues et. al (2014, p. 31), “também é uma forma de trabalho que é convocada quando um morador necessita fazer um serviço mais pesado e num período mais curto de tempo, mas se diferencia do *puxirão* em um aspecto: não há festa depois de encerrado o trabalho.”

A *troca de dias*, por sua vez, conforme Diegues et. al (2014, p. 31), “é uma forma de trabalho em que se cria uma obrigação por parte daquele que convoca de “*pagar*”, ou seja, retribuir posteriormente com sua força de trabalho quando for convocado por aqueles que o ajudaram”. Nesse exemplo, envolve um número menor de pessoas.

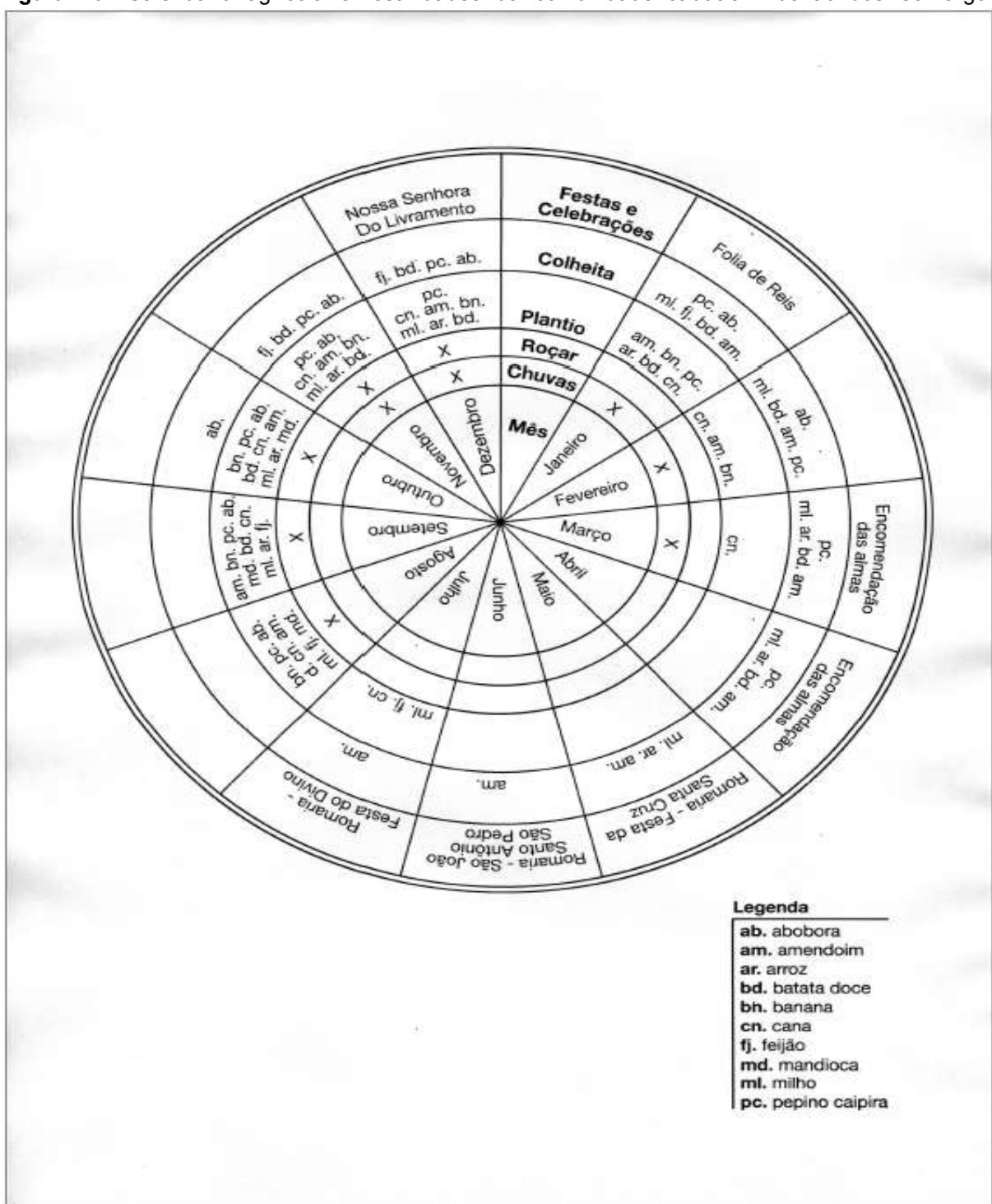
b) Calendário de plantio e produção agrícola

O calendário de plantio da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo é bastante complexo e interessante. Em seu estudo para subsidiar a criação da RDS, foi organizada a relação existente entre as festas religiosas da comunidade com a época de plantio das principais espécies cultivadas por eles.

Segundo Diegues et. al (2014, p. 31) “O primeiro cultivo a ser iniciado após a queima das roças é o milho, ou arroz intercalada com pepino e abóbora. Após a retirada do milho ou arroz, é feita a capina para o plantio de feijão intercalado com o milho, pepino, abóbora ou batata doce e outras hortaliças. O tamanho da área utilizada atualmente varia segundo o tipo de plantio. Devido às restrições ambientais e dificuldades de escoamento da pequena produção, a área plantada pode variar de uma quarta a um alqueire. A produção de feijão varia de família para família, podendo ser de 2 a 5 sacas de 50 kg por família. A de milho varia de cinco a dez cargueiros de burro, ou seja, 5 a 10 sacas anuais. O arroz pode ter uma produção anual de 5 a 10 sacas de 50 kg.”.

A figura 20 foi extraída do estudo para subsidiar a criação da RDS Rib. dos Camargo, é uma representação do calendário agrícola da comunidade, estabelece uma relação entre as épocas de roçar, plantar e colher com as festividades religiosas.

Figura 20- Calendário agrícola e festividades da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo.



Fonte: Dieques et. al, 2015

7. SABERES TRADICIONAIS

É notório os saberes tradicionais que as comunidades tradicionais detêm da área onde vivem, além disso, em muitos casos esse conhecimento ajuda a conservar a biodiversidade da região onde estão inseridos. No caso da Comunidade Cabocla Ribeirão dos Camargo, devido ao seu grande conhecimento sobre os processos naturais da região onde vivem, é muito importante a realização de cada vez mais estudos na área no sentido de contribuir com a comunidade para gestão eficiente e sustentável de seu território.

Um dos maiores desafios dos Camargo é pensar em estratégias para garantir a geração de renda para os membros da comunidade, sem descaracterizar seu modo de vida tradicional. Assim que tiverem sua reserva demarcada e poderem fazer a gestão de seu território de forma sustentável, é importante pensar em outras formas de organização do território, com atividades que possam gerar renda para ser distribuída entre os membros da comunidade. No entanto, tais atividades devem ser sustentáveis, estar de acordo com a vontade e não descaracterizar o modo de vida tradicional dos moradores. Somente com estratégias claras para garantir uma digna geração de renda e manejo sustentável de seus recursos é que os Camargo irão garantir de fato a autonomia sobre seu território. São duas as atividades econômicas que são os pilares fundamentais que podem sustentar a economia da comunidade, garantindo uma boa gestão da RDS, e manutenção de seus saberes tradicionais, sendo eles a **agricultura** e o **turismo**. Esses dois temas serão mais detalhados a seguir:

7.1 Agricultura

Uma característica primordial dos membros da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo é que eles são agricultores por sua essência. Aprenderam como trabalhar a terra e cultivar alimentos com seus familiares ancestrais, a partir de um conhecimento transmitido por gerações. Devido às características de seu modo peculiar de trabalhar a terra, adaptados às dinâmicas naturais da região e regeneração da floresta, respeitando o tempo de crescimento de cada espécie, sua adaptação aos variados tipos de solos e trabalhando de forma harmônica com a

natureza local a tantos anos, essa atividade deve ser preservada, sobretudo como identidade cultural da comunidade por sua tradicionalidade. Atualmente, foram liberadas algumas autorizações para fazer roça em áreas delimitadas junto à administração do parque. Tais roças consistem em áreas relativamente pequenas e voltadas para o autoconsumo dos membros de cada família.

Os alimentos cultivados e produzidos pela comunidade tem um potencial de comercialização e podem ter um valor diferenciado, isso devido ao seu caráter único e à raridade de algumas variedades de espécies que eles cultivam de forma tradicional. Por tratar-se de uma agricultura orgânica, ou seja, livre de agrotóxicos que prejudicam o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e consumidores, aliado ao fato de que a procura e o consumo de alimentos orgânicos tem crescido muito, e a tendência é que continue crescendo cada vez mais.

Existem algumas dificuldades para a comercialização de itens cultivados em suas roças, como a falta de mão de obra para aumentar a produção, até porque geralmente são os mais velhos que permanecem na comunidade, e os jovens, na maioria dos casos, acabam se mudando para outros lugares em busca de novas oportunidades. Outro problema é a dificuldade no escoamento dos produtos, isso porque a infraestrutura de acesso é precária e as distâncias relativamente longas, o que encarece o transporte das mercadorias. Nesse sentido, poderia ser vantajoso para a comunidade que parte de suas produções possam ser oferecidas na alimentação dos turistas que visitam a comunidade, pensando em algum **prato típico caboclo**, feito com alimentos plantados em suas roças tradicionais.

Outra atividade ligada a agricultura que tem grande potencial de comercialização e com valor agregado, é a confecção de produtos beneficiados de forma tradicional e artesanal por eles, tais como a paçoca, rapadura, melado de cana, doce de laranja, de banana, de abóbora, farinha de mandioca, entre outros. Muitas dessas receitas são tradicionais de família, produzidas de forma orgânica e caseira, além de carregar uma forte relação da comunidade com a natureza do espaço onde vivem, dando características únicas ao produto.

O artesanato também seria uma alternativa de atividade econômica para a comunidade, devido a grande quantidade de materiais naturais como sementes, cipós, palhas, entre outros, que podem ser usados na confecção de produtos.

Uma alternativa para ajudar na comercialização, tanto de alimentos, quanto de produtos confeccionados, seria traçar algumas estratégias que tragam o

consumidor até a comunidade, e isso pode ocorrer pela divulgação em diversos meios e canais de comunicação como redes sociais, por exemplo, como também por meio do turismo, que sendo uma atividade consolidada na comunidade, pode ajudar na comercialização dos produtos oriundos da agricultura dentro de seu próprio território.

7.1.1 Agrobiodiversidade

A região onde está localizado o bairro Ribeirão dos Camargo, apresenta uma rica diversidade biológica, dentro de uma das áreas de Mata Atlântica mais bem preservada, com uma natureza exuberante, florestas, rios, córregos e cavernas. Suas roças, tais como as das comunidades vizinhas, baseiam-se no sistema da *coivara*, também conhecido como sistema de corte e queima, segundo Diegues *et al*, (2015, pg. 19) “as roças, bem como os terreiros são espaços de grande agrobiodiversidade e, contribuindo para a heterogeneidade da paisagem, favorecem a manutenção da biodiversidade em escala regional”. Além de ser a base do seu sistema produtivo, as roças também constituem a identidade dessa comunidade.

É grande a agrobiodiversidade encontrada nas roças dos Camargo, apesar das restrições ambientais que vinham sofrendo nos últimos anos, ainda segundo Diegues *et al*, (2015, pg. 20), em suas roças são encontradas “doze variedades de bananas, dez de feijão, seis de mandioca, e sete de arroz”. Tais variedades são plantadas seguindo seu conhecimento adquirido a respeito das exigências de cada espécie e sua adaptação em cada tipo de solo. O arroz é outro alimento que tem grande importância econômica e cultural para os Camargo.

No sistema da *coivara*, as roças (fig. 21) não são percebidas como um lugar dissociado da natureza, pelo contrário, nelas existe um complexo conhecimento sobre os estágios sucessionais da floresta e o papel ecossistêmico de cada espécie nesse processo de abertura de clareiras e regeneração da Mata Atlântica. Assim, é comum que algumas espécies animais busquem alimentos ou abrigo nesse tipo de roça.

Ainda de acordo com Diegues *et al*, (2015, pg. 21), “as roças são pequenas e familiares. Após a limpeza da área para a formação de uma nova roça, o terreno é carpido e se realizava o plantio entre os restos da queimada. Nessa terra ainda “forte”, se planta feijão e milho associados também pepino e abóbora, por dois a três anos, quando a terra fica “enfraquecida”, então se passava para o cultivo de abacaxi e cana. A abertura de uma nova roça implicava na realização de uma “reunida”, trabalho em grupo de vizinhos para a realização de determinada tarefa.

Figura 21 - Exemplo de roça tradicional na comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo.



Fonte: Acervo próprio

A tabela 2, a seguir, criada a partir de informações retiradas do estudos de Diegues *et al* (2015, p. 25), apresenta a biodiversidade das espécies cultivadas nas roças da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo.

Tabela 2 - Agrobiodiversidade das roças dos moradores da comunidade Rib dos Camargo.

Mandioca	São cultivadas as espécies denominadas vassourinha, mandioca pão, mandioca amarela, mandioca de rama preta, de rama roxa, e mandioca brava.
Batata doce	Casca roxa, casca branca e casca amarela
Arroz	Nas áreas alagadas cultiva-se as espécies denominadas barriga branca e brejeiro. Na terra seca cultiva-se o agulhão, a agulhinha, arroz de três meses e talo roxo.
Feijão	Mulatinho, roxo, mineiro, cara suja, fava rosinha, feijão preto, feijão branco, feijão amarelo, mouro, feijão mamona.
Milho	Híbrido antigo, híbrido fino, híbrido agrocel de palha roxa, híbrido branco, amarelão e milho canjica. Variedades como cunha de espiga fina e grão duro grande já se perderam
Cana de Açúcar	Java verde, Javanesa, Java branca, flor de Cuba, Caiana, Riscada e 420.
Banana	Banana da terra ou Maranhão, nanicão, naniquinha, pera ou ouro, rabo de mico, cinza, veiaca, pacova, vinagre/preta, mística e maçã.
Amendoim	Rasteiro e Espingarda
Abóbora	Menina, Paulistinha, Redonda Rajada e Redonda Amarela.
Pepino	Caiano, Branco, Pretinho, Caipirinha e Japonês

Fonte: Diegues *et al*, 2015.

Segundo Diegues *et al* (2015), os Camargo ainda possuem um complexo conhecimento sobre classificação de solos e estágios sucessionais da floresta. Em seu território, eles reconhecem 4 tipos de solos, sabendo identificar quais tipologias são mais apropriadas para cada tipo de cultivo, sendo estes: as Terras Brancas, Terras Pretas (calcário), Terra de Massapê e as Terras de Brejo. Quanto aos estágios sucessionais, os Camargo reconhecem 5 estágios, sendo estes: Mata Virgem, Capoeiras (Mata secundária), Tiguera (predomínio de vegetação rasteira), Roça (em geral feita após o corte e queima da vegetação) e Terreiros (Pomares e hortas cultivados próximos às residências dos moradores).

7.1.2 Etnoconhecimento

Além das roças, uma série de espécies nativas ainda são utilizadas pela comunidade em diversas áreas, como no cuidado com a saúde, alimentação, madeira para construção, lenha, artesanatos, confecção de ferramentas, etc. Para se ter uma ideia do etnoconhecimento dos moradores da comunidade Ribeirão dos Camargo, é apresentada na figura 20, uma tabela retirada do estudo para subsidiar a criação da RDS, feito pelo NUPAUB, que retrata o conhecimento dos moradores sobre a flora da região.

Tabela 3 - Tabela contendo espécies de plantas e seus respectivos usos pela comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo

FLORA	
Tipos	Espécies
A.1 - Madeiras de lei	Taioveira Branca, Taioveira vermelha, Mindigaú, Cedro, Guatambu, Mandiguaú, Canela Preta, Tarumã, Jatobá, Piúva, Canela Sassafraz, Araribá, Caviúna, Chapada, Balsimeiro, Aricurana, Ipê amarelo, Ipê roxo, Guacá, Parapaçu. Essas madeiras são tradicionalmente utilizadas para esteios de casa, mourão de mangueira de porco, mourão de curral, feitio e reformas de pontes, feitio de cercas, feitio de monjolos, feitio de tábuas, caibros, ripas, etc.
A.2 - Espécies utilizadas para uso medicinal	balsimeiro (uso da casca para ferimentos); espinheira santa (uso para dor de estomago); caetezinho ou pacová (dor de barriga e febre); cana do brejo (uso para diabete); quina (malária, febre); jatobá (dor de barriga, e diarréia); fedegoso (estômago e fígado); macela (dor de barriga de criança, para gases); hortelã doce (lombriga, vermes de criança); poejo (tosse); anador (febre e dor de cabeça); capim cidreira (calmante); jabutitana (garrafadas); salsa-parrilha (dores de estômago); boldo do Chile (estômago, fígado); pariparoba (doença de bexiga e rins); chapéu de couro (pressão, coração, estômago).
A.3 - Madeiras utilizadas para obtenção de energia (lenha)	cuvatã, tabucuva, umbiuva, fruto de pomba, árvore de macuco, jacaré, bico de pato, guaviroba, guacá, tapixingui.
A.4 - Espécies utilizadas para feitio de cabos de ferramentas	guê, rabo de burro, casca de areia, guaçatunga.
A.5 - Espécies utilizadas para alimentação	bacupari, guacá, ariticum, araçá do mato, ata, jabuticaba, ínga, ingamirim, goiaba, maracujá do mato, brejaúva, palmito juçara, coqueiro jerivá, indaiá.
A.6 - Espécies utilizadas para o feitio de telhado de casas, currais, galinheiros	palmeira juçara, sapé e taquara lisa.

Fonte: Diegues et al, 2015

Somente no levantamento apresentado a partir do estudo para subsidiar a proposta de criação da RDS, foram identificadas quase 70 espécies de plantas que

apresentam algum tipo de uso para os Camargo. Algumas delas ameaçadas de extinção como o caso dos Ipês amarelo e roxo, a Canela preta e a palmeira juçara, por exemplo. Devido a isso, é importante traçar estratégias de conservação, que levem em consideração os saberes da comunidade, no sentido de que possam fazer o manejo do seu território de forma sustentável, garantindo a conservação de espécies tão importantes e muitas vezes ameaçadas, como também recursos necessários para a manutenção da comunidade.

7.1.3 Listagem de espécies de alimentos cultivadas ou conhecidas pela comunidade

Como mencionado anteriormente, durante o trabalho de campo, foram realizadas visitas em algumas áreas de roças, a fim de obter registros das dinâmicas ali estabelecidas e as espécies cultivadas por eles. Chegou-se a um total de 224 variedades de espécies vegetais cultivadas ou utilizadas por eles de algum modo.

Figura 22 - Sr. Benedito mostrando sua colheita de bananas.



Figura 23 - Dona Dirce mostrando os legumes (vagem) que cultiva em sua roça tradicional.



Fonte: acervo próprio.

Fonte: acervo próprio.

Nesses trabalhos também ocorreu uma conversa com vários moradores da comunidade, dessa conversa, foram realizadas algumas listagens de espécies cultivadas por eles, como também, espécies nativas que produzem nas florestas, mas que eles identificam e utilizam em sua alimentação ou para fazer algum remédio, portanto foram organizadas duas listas, uma contendo os **legumes e frutas** citados por eles e a outra lista referente a **temperos e plantas medicinais**.

Figura 24 - Foto da atividade do dia 20/11/21, conversando para entender a agrobiodiversidade das roças da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo.



Fonte: Caio Olivares.

Além das variedades de frutas, legumes, temperos e plantas medicinais, ainda foram registrados ítems produzidos por eles a partir de alimentos plantados em suas roças, como farinha, paçoca, biju, taiada, doce de laranja, entre outros. A seguir estão as listagens feitas a partir das conversas com os membros da comunidade.

a) Temperos e plantas medicinais

Tabela 4 - Lista de temperos e plantas medicinais conhecidas e utilizadas pelos moradores da comunidade Rib. dos Camargo.

ESPÉCIE	VARIEDADE	USO
AÇAFRÃO		tempero
ARRUDA		restia
AGRIÃO (do mato)		salada
ALECRIM		tempero, chá p/ pressão
ALFAVACA		Tempero, chá (diabetes, gripe)
BETARI		Chá p/ rim
BALSAMO		melado com casca (machucado, gripe)
BICUIBA		remédio (gripe, tosse), tempero
BOLDO		remédio (estômago/ figado)
FEDEGOSO		remédio para gripe, café
CAITEZINHO		Remédio (dor de dente, gripe), xarope
CAMARINHA		passarinho
COPAÚVA		remédio (machucado e inflamações)
CAITÉ		chá para dor de dente
CAPIÁ		banho
CANINHA DO BREJO		diarreia, banho descarrego
CARQUEJA		remédio (rins, figado), tomar com pinga
CEBOLINHA		tempero
CIDREIRA		chá – calmante
CIPÓ ABUTO		Remédio (cicatrizante, dor no corpo)
CIPÓ CRUZ		banho, remédio (cicatrizante, dor no corpo)
CIPÓ DE MIOME		chá, remédio (colesterol, vermicífugo)
COENTRO	nativo (do mato); coentrinho (semente)	tempero, salada
ESTOMAZIL		remédio (estômago)
ERVA DE MACUCO		remédio (intoxicação) e banho
ESPADA DE SÃO JORGE		banho
ESPINHEIRA SANTA		chá, remédio (estômago)
FÉ DA TERRA		banho, remédio (dor no corpo)
FLOR DO AMAZONAS		chá, estômago e diabetes
FIDELI		tempero, bom para coração
GUINÉ		tomar com pinga, banho
GUARANÁ		suco
HORTELÃ	folha grande; folha miúda; do campo	chá, tempero
INHUTINGA		chá (remédio p/ gripe), tomar com pinga
LOURO		tempero, banho
MANJERICÃO		tempero, banho, chá
MANJERONA		Tempero, remédio (estômago)
PARIPAROBA		feridas e inflamações
PATA-DE-VACA		Remédio diabetes
PAU D'ALHO		tempero, banho
PICÃO		remédio pressão, verme (chá)
PIMENTA	americana; cheiro; malaguetinha; cumbari; cambuci, dedo de moça	tempero
QUEBRA-PEDRA		chá (remédio p/ rins)
QUINA	branca e preta	chá, remédio (dor de barriga, pressão, gripe)
SANTA MARIA		chá, banho, remédio (machucado)
SETE SANGRIA		remédio para o intestino
SORDINHA		remédio para passar na pele, machucado
TANCHAGEM		Chá, salada, remédio (machucado, estômago)
URUCUM		tempero

Fonte: Entrevista semiestruturada com informantes chave.

Durante as entrevistas, foi produzida essa listagem (tabela 4), a qual registra o que foi citado pelos moradores, isso no que diz respeito somente a temperos e remédios foram citadas 49 espécies vegetais, sendo que se também forem consideradas as variedades de cada espécie, podemos chegar a um número de 58, cada qual com seus respectivos usos medicinais ou culinários, de acordo com o conhecimento tradicional da comunidade.

b) Frutas, legumes e cereais

Durante a entrevista semiestruturada, que ocorreu no dia 20/11/21, e também por meio de conversas por mensagem, foram levantadas espécies de legumes, cereais e frutas que são cultivadas e consumidas pelos moradores da comunidade. Ao todo, foram citadas 70 espécies, no entanto, se contarmos as variedades de cada uma das espécies citadas, obtemos um número de 166 subespécies citadas somente nessa dinâmica junto com a comunidade, conforme consta na tabela 5.

Figura 25 - Sr. Benedito mostrando a variedade de bananas cultivadas nas roças tradicionais



Fonte: acervo próprio

Figura 26 - Feijão rosinha, variedade cultivada nas roças tradicionais da comunidade cabocla Ribeirão dos Camargo



Fonte: acervo próprio

Tabela 5 - Lista de frutas e legumes cultivados nas roças tradicionais da comunidade cabocla Rib. dos Camargo.

FRUTAS E LEGUMES

ESPÉCIE	VARIEDADES
ABACATE	MANTEIGA; GRANDE; MÉDIO
ABACAXI	CASCA AMARELA; ROXO; NANAZÃO
ABÓBORA	MENINA; SEQUINHA; MORANGA; PAULISTINHA, REDONDA RAJADA, REDONDA AMARELA
ABOBRINHA	
ACEROLA	
ALFACE	
ALHO	ROXO; BRANCO, CAIPIRINHA
ALHO PORÓ	
ALMEIRÃO	ROXO; BRANCO
AMEIXA	AMARELA
AMENDOIM	RASTEIRO, PRETO E ESPINGARDA
AMORA	DO MATO(COM ESPINHOS); ÁRVORE (PRETINHA); AMARELINHA
ARAÇÁ	PEQUENO, DO MATO
ARAUCÁRIA	
ARROZ	AGULHÃO; AGULINHA; TALINHO ROXO; 3 MESES; AMARELÃO; BREJO; 5 MESES (TIRIVINHA), BREJEIRO
BACUPARI	
BANANA	SÃO TOMÉ; OURO (PERA); CINZA, NANICA; PRATA; MAÇÃ; CATURRA; TERRA; IMBÉ, PACOVA, VEIACA, VINAGRE, PRETA, FLOR
BATATA DOCE	AMARELA; BRANCA; CASCA ROSA
BREJAUVA	CASTANHA
BRÓCOLIS	COMUM; FOFÃO
CACAU	
CAFÉ	CASCA AMARELA; CASCA VERMELHA; CATURRINHA (1 ANO)
CAXI	
CAJÁ	MANGA
CAJÚ	
CANA	BRANCA; PRETA; BAMBU; FLOR DE CUBA; PAULISTA; JAVA (420)
CARÁ	ANGOLA; INDAIÁ; PETECA (ROXO); GUAÇU, MANDIOCA; MANGARITO; MOELA
CASTANHEIRA	
CEBOLA	
CENOURA	
CIRIGUELA	
CHICÓRIA	
COUVE	BRANCA; ROXA
COUVE-FLOR	
FEIJÃO	CARIOCA; MULATINHO; ROXINHO; ROSINHA; PRETO; CARA SUJA; BRANCO; JALO (bolinha), MOURO, MAMONA
GENGIBRE	
GOIABA	BRANCA; VERMELHA
INDAIÁ	

FRUTAS E LEGUMES

INGÁ	BRANCO; MIRIM; MACACO
INHAME	
JABUTICABA	
JACA	MOLE; BRANCA
JAGUARANDI	
JATOBÁ	
JILÓ	
LARANJA	ATA; AZEDA (DOCE); LIMA; CIDRA
LIMÃO	ROSA; GALEGO; TAITI
LICHIA	
MAMÃO	MAMÃO DE CORDA; PAPAIA; DO MATO
MANÁ-CUBIU	
MANDIOCA	PÃO; AMARELA; VASSOURINHA; BRAVA, CASCA ROXA
MANGA	COQUINHO; CORAÇÃO DE BOI
MARACUJÁ	AMARELO; ROXO; ROXINHO (DO MATO)
MELANCIA	
MEXERICA	POLCAN; ANTIGA
MILHO	PALHA ROXA, BRANCO, VERDE, AMARELÃO, PRETO, CANJICA
MORANGO	SILVESTRE
PALMITO	JUÇARA; COQUEIRO, REAL; PUPUNHA
PEPINO	CAIANO, CAIPIRA; JAPONÉS, BRANCO
PIMENTÃO	
PITANGA	BAIXINHA (REDONDINHA); GRANDE (AZEDA)
PIXIRICA	
QUIABO	
REPOLHO	
TAIOBA (TAIÁ)	
TOMATE	TOMATINHO DO MATO
TUCUM	CASTANHA
UVA	UVEIRA (ÁRVORE ALTA)
VAGEM	
XUXU	LISO (SEM ESPINHO); COM ESPINHO; ESCURO

7.2 Turismo

O Turismo é uma atividade que possui grande potencial de ser desenvolvida dentro da futura RDS Ribeirão dos Camargo. Isso devido a exuberante natureza da região, a riquíssima história da comunidade, sua cultura e modo de vida tradicional, pela existência de cavernas monumentais, entre outros atrativos que podem ser trabalhados pela comunidade no sentido de fomentar essa atividade na comunidade. Na gestão de UCs de uso sustentável no Brasil, dentre elas algumas RDSs, o Turismo de Base comunitária vem tendo resultados muito relevantes, no sentido de complementar a renda dos moradores e reafirmar pautas culturais e de seu modo de vida, melhorando um pouco a qualidade de vida e a autoestima da comunidade. Isso porque essa modalidade de turismo coloca o protagonismo na comunidade, respeitando seus aspectos culturais e identitários. São muitos os atrativos turísticos que podem ser explorados pela comunidade, no entanto, tais atividades devem ocorrer de acordo com a proposta principal da RDS, que é o desenvolvimento sustentável e a preservação da natureza e da cultura tradicional cabocla.

7.2.1 O Turismo de base comunitária como alternativa de renda para a comunidade.

De maneira geral, o turismo pode ser entendido como o “consumo” do espaço geográfico, isso envolve o deslocamento de pessoas que pretendem conhecer determinado lugar, devido aos seus aspectos culturais, históricos, paisagísticos, naturais, etc.

O denominado turismo de massa, que é uma atividade econômica inserida dentro de uma sociedade capitalista e carrega a lógica desse sistema, manifesta diversas características intrínsecas ao capitalismo, tais como o individualismo, concentração de renda, competitividade, padronização, propriedade privada, degradação ambiental, entre outras. Assim, apesar dos muitos aspectos positivos que essa atividade pode propiciar como renda para a comunidade, melhoria na infraestrutura local, valorização da cultura e do patrimônio histórico local, etc. Também podem ser muitos os aspectos negativos como a degradação do meio ambiente, violência, prostituição infantil, especulação imobiliária, entre outros. Tais efeitos divergem totalmente das propostas que pretende-se sugerir para a gestão da futura Reserva de Desenvolvimento Sustentável em questão, não sendo essa a ideia de atividade econômica mais indicada dentro de uma UC de uso sustentável onde

mora uma comunidade tradicional, devido aos mais variados transtornos que pode gerar aos moradores e ao patrimônio, natural, cultural e histórico do local.

O **Turismo de Base Comunitária** pode ser um instrumento alternativo a todo esse sistema, como também uma ferramenta para a comunidade, no sentido de promover renda para os moradores e ao mesmo tempo valorizar e reafirmar sua identidade cultural enquanto grupo. Devido ao fato da comunidade querer aprimorar e planejar a atividade do turismo em seu território, o TBC, por ter foco direcionado para a comunidade e seu desenvolvimento, conclui-se que é uma alternativa muito promissora para promover essa atividade sem descaracterizar o modo de vida tradicional da comunidade, pelo contrário, encontrando meios de reafirmar e valorizar sua cultura e poder oferecer diversos tipos de vivências ao turista.

Para desenvolver essa discussão, pretende-se neste subcapítulo levantar alguns atrativos, tanto naturais quanto culturais e históricos que podem ser trabalhados pela comunidade e desenvolvidos para serem utilizados na gestão da futura RDS.

7.2.2 Potenciais Atrativos Turísticos naturais e culturais que podem vir a ser explorados pela comunidade.

Segundo definição do Ministério do Turismo, **atrativo turístico** é “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo” (EMBRATUR, 1992). Ainda segundo definição do Ministério do Turismo, o atrativo “pode ser **natural** (paisagens, rios, cachoeiras, etc.) ou **cultural** (museus, festas tradicionais, construções de valor artístico ou histórico, etc.)”. A seguir são descritos alguns atrativos turísticos naturais e culturais que pode ser explorados pela comunidade:

a) Casa de Pedra, mirante, gruta Santo Antônio e “cemitério” indígena:

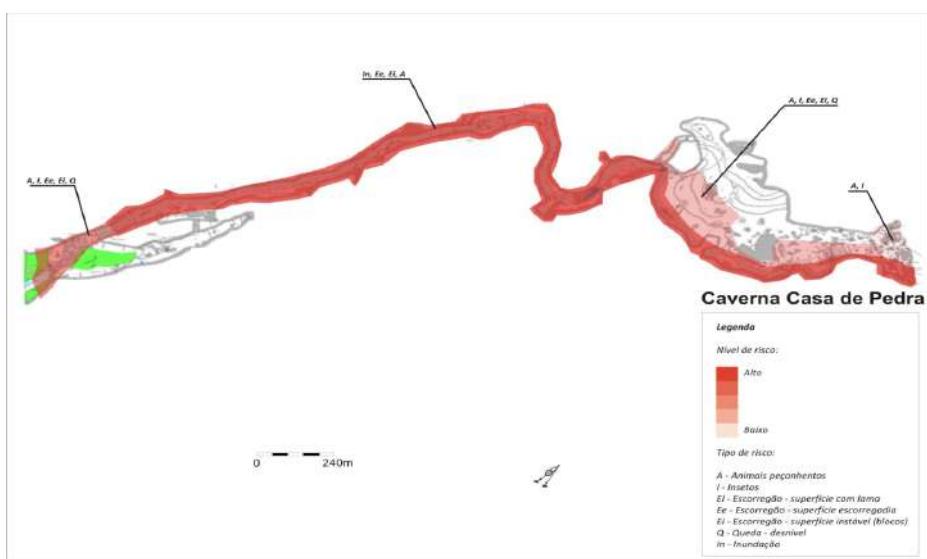
Esses atrativos ficam localizados em pontos distintos ao longo da sub-bacia hidrográfica do córrego Maximiano, rodeado por uma exuberante Mata Atlântica, possui um sumidouro (local conhecido por Casa de Pedra), uma ressurgência (conhecida como gruta Santo Antônio), e ao seu lado localiza-se o antigo “cemitério” indígena.

Casa de Pedra é uma caverna localizada no Município de Iporanga, na sub-bacia do rio Iporanga, mais precisamente no córrego Maximiano, de litologia calcária e com mais de 5 km de extensão. Pode ser acessada por Iporanga, no

Núcleo Casa de Pedra, em uma trilha que margeia o rio Iporanga, e tem cerca de 1.300m de extensão. O outro acesso se dá pelo Núcleo Caboclos, por meio de uma trilha de grande dificuldade, que dura cerca de 6 horas de caminhada. Começou a receber visitas mais regulares a partir dos anos 80, no entanto, em 2003 aconteceu um acidente fatal, devido a inundação repentina de uma de suas galerias onde havia pessoas explorando a caverna. Devido ao alto risco (figura 27) apresentado aos visitantes que buscam explorar determinadas áreas da caverna, referente a animais peçonhentos, insetos, quedas, inundações, etc, somado ao trágico acontecimento do acidente fatal, ela foi fechada para visitação, até que haja complementos nos estudos de risco e um plano de manejo adequado para oferecer segurança, e permitir novamente as visitas no interior do local.

Recentemente, foi aberto chamamento público 008/2023 para promover o cadastro e autorização de uso para exercício de atividade comercial de espeleoturismo na caverna Casa de Pedra (roteiro travessia e Santo Antônio - Krone). Essa iniciativa é uma tentativa de retomar a atividade de espeleoturismo no interior da caverna. Considerando que a comunidade possui moradores que já atuam como guias de passeios em outras cavernas, portanto já possuem a técnica necessária para atuarem com esse tipo de travessia, é uma ótima oportunidade para incluírem em seu roteiro esse atrativo de seu território, no entanto, esse é um atrativo de alto risco e necessita de muitos estudos para colocá-lo em prática.

Figura 27- risco a visitação na cavidade da caverna Casa de Pedra, PETAR-SP.



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Plano de Manejo PETAR-SP (p. 476)

Um dos grandes destaques é seu sumidouro, com um portal marcado por sua grandiosidade, devido ao seu pórtico de entrada (fig. 28 a 31) ser o maior do mundo, com 215 metros de altura. Outros atrativos são o salão Krone e a Gruta Santo Antônio, o rio subterrâneo e encachoeirado, além de grandes salões internos, e de alguns percursos com natação.

Figura 28 - Imagem do portal da caverna Casa de Pedra, PETAR-SP.



Fonte: Catracalivre, link: <https://catracalivre.com.br/arquivo/caverna-no-interior-de-sp-tem-a-maior-boca-do-mundo/> (acesso em 03/10/22)

Figura 29 - Imagem do portal da caverna Casa de Pedra, PETAR-SP.



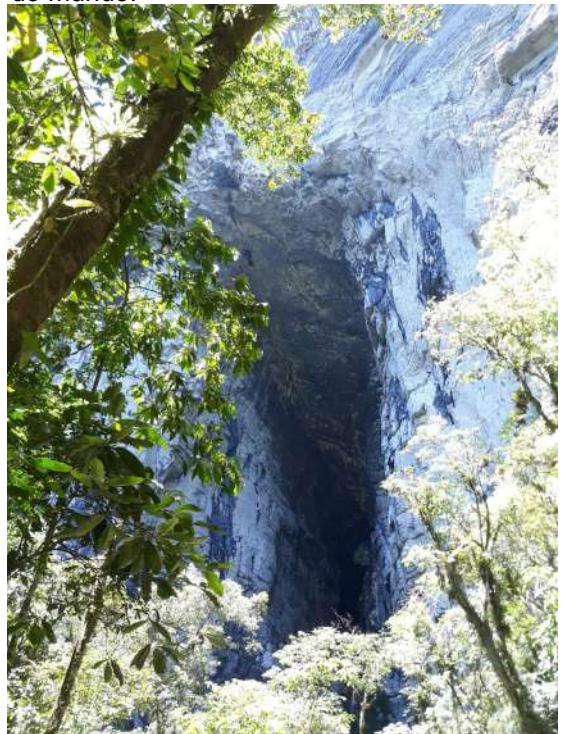
Fonte: Catracalivre, link: <https://catracalivre.com.br/arquivo/caverna-no-interior-de-sp-tem-a-maior-boca-do-mundo/> (acesso em 03/10/22)

Figura 30 - Paredão ao lado do pórtico de entrada.



Fonte: Acervo próprio

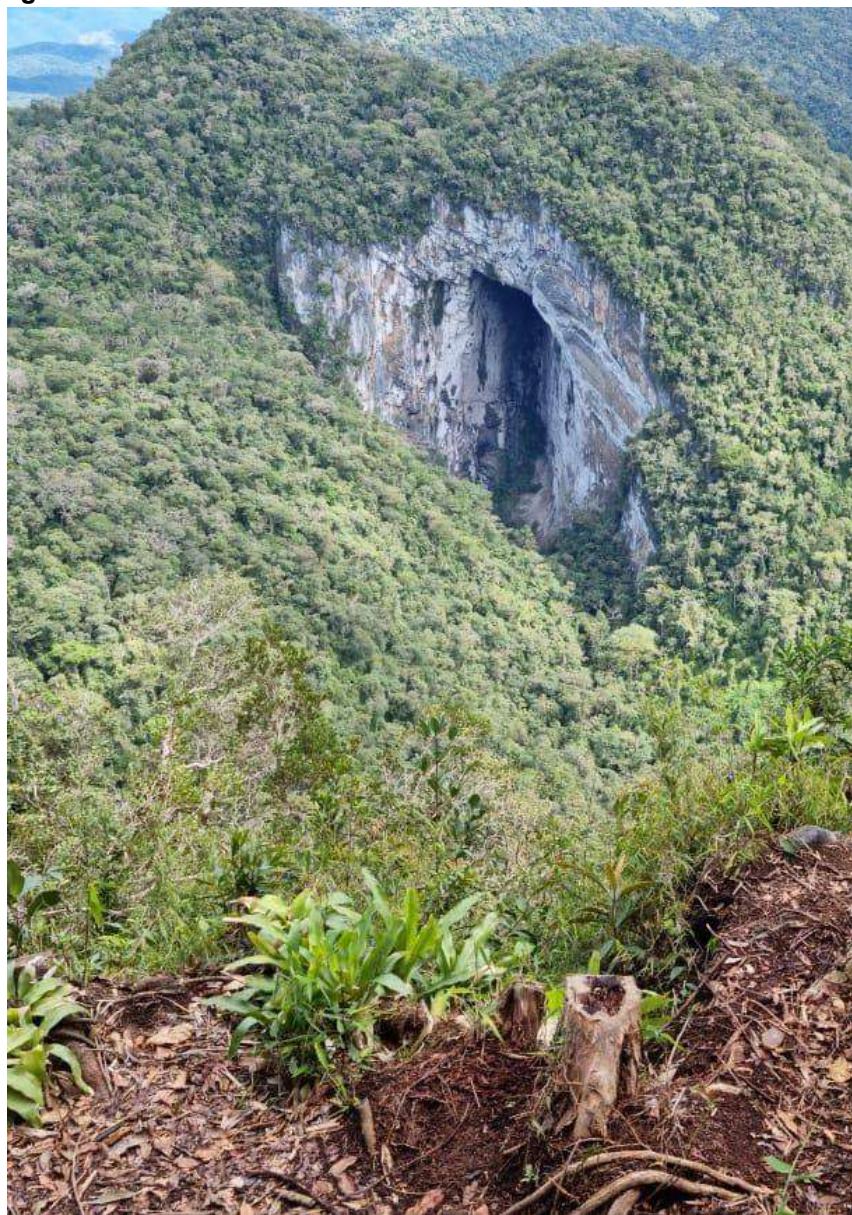
Figura 31 - Pórtico de entrada da caverna Casa de Pedra, considerado um dos maiores do mundo.



Fonte: Acervo próprio

Outro atrativo com grande potencial para se trabalhar com o turismo na comunidade é o **mirante** da Casa de Pedra (fig. 32), esse local foi descoberto por um morador da comunidade, que também trabalha a muitos anos como guia turístico, o sr. Geraldo, foi ele quem abriu sozinho na mata a trilha que leva até o mirante. Essa trilha é um pouco mais longa que a dos atrativos anteriores, atravessa rios e percorre trechos íngremes por dentro de áreas de Mata Atlântica bem preservada. Ao chegar no local, é possível contemplar a bela paisagem e ter uma noção das dimensões gigantescas do pórtico da caverna e do penhasco no entorno.

Figura 32 - Vista do mirante da caverna Casa de Pedra.



Fonte: Sra. Iracema (moradora da comunidade).

A ressurgência do córrego Maximiano é onde se localiza a **gruta Santo Antônio** (fig. 33 e 34), também é um local com grande relevância turística e histórica para a comunidade, devido a sua beleza natural, sua parte histórica, arqueológica e pelo passeio em meio a uma floresta exuberante de mata Atlântica muito bem preservada. Chega-se ao local por meio de uma trilha com trechos íngremes caminhando pela floresta, como também por trechos que passam por dentro do rio. Ao adentrar a gruta, existe um salão (fig. 36) contendo espeleotemas (fig. 35), e muitos cascalhos pelo chão. Vale lembrar que o percurso por dentro da caverna ainda não está liberado para os visitantes, mas conta com diversos outros atrativos como o poço das serpentes, paredões gigantescos, espeleotemas e quedas d'água.

Figura 33 - ressurgência da Caverna Casa de Pedra (gruta Santo Antônio).



Fonte: Acervo próprio.

Figura 34 - ressurgência da caverna Casa de Pedra (gruta Santo Antônio).



Fonte: Acervo próprio.

Figura 35 - Espeleotemas encontrados dentro do salão da gruta Santo Antônio.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 36 - Vista de dentro para fora, no interior do salão da gruta Santo Antônio.



Fonte: Acervo próprio.

O “**cemitério**” indígena (fig. 37) localiza-se ao lado da gruta Santo Antônio, caminhando a poucos metros próximo ao paredão rochoso que circunda a área. Segundo consta no plano de manejo do Petar, foram realizadas escavações arqueológicas (fig. 38 e 39) onde encontraram artefatos feitos de pedra lascada, fragmentos de carvão e ossadas humanas sepultadas em meio as conchas de um gastrópode endêmico da região, o *Megalobulimus yporanganus*. Esse animal era muito utilizado na alimentação dos povos que habitaram esse local, suas conchas muitas vezes eram utilizadas em sepultamentos. Alguns desses materiais foram coletados e datados, confirmando indícios da presença humana há pelo menos cerca de 10.000 anos A.P..

Vale lembrar que a palavra “cemitério”, se refere a um conceito ocidental, que remete a um local exclusivo para os mortos. Na cosmovisão indígena, os locais onde eram sepultados os mortos também poderiam ser utilizados de outra formas, como práticas ritualísticas, festividades ou usos que sequer podemos imaginar, portanto mesmo não sendo o mais adequado para se referir a esse contexto mortuário indígena, a palavra cemitério será utilizada com aspas, pois é assim que o local é denominado atualmente pela população local. Por tratar-se de um ponto de relevante interesse histórico e arqueológico, é um local muito relevante para levar os visitantes e fazer uma parada para contar um pouco da história e dos costumes dos primeiros habitantes humanos da região.

Figura 37 - escavação arqueológica no antigo “cemitério” indígena (ao lado da gruta Santo Antônio).



Fonte: Acervo próprio.

Figura 38 - estratigrafia das camadas de sobreposição do solo, com presença de conchas do megalobulimus no ponto de escavação arqueológica do antigo “cemitério” indígena (ao lado da gruta Santo Antônio).



Fonte: Acervo próprio.

Figura 39 - estratigrafia das camadas de sobreposição do solo, com presença de conchas do megalobulimus no ponto de escavação arqueológica do antigo “cemitério” indígena (ao lado da gruta Santo Antônio).



Fonte: Acervo próprio.

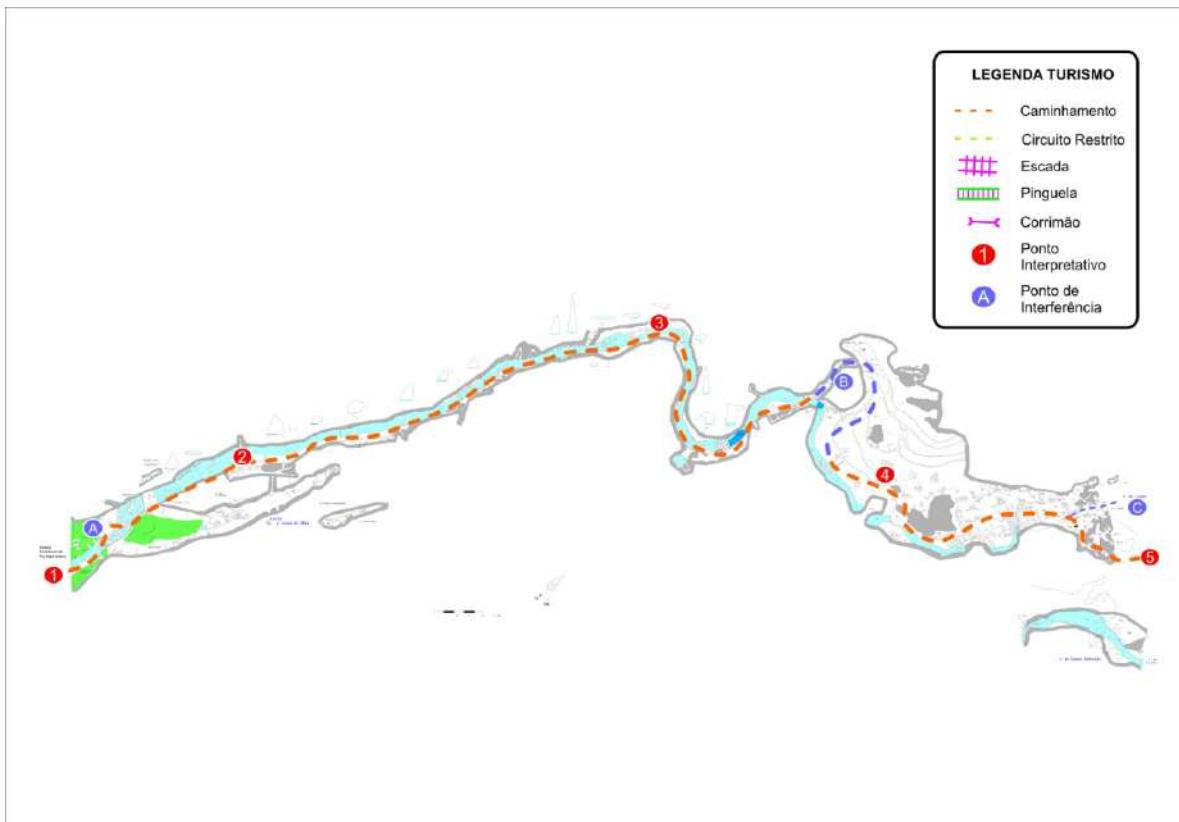
Consta no Plano de manejo do PETAR, que a caverna Casa de Pedra, atualmente conta com um circuito de visitação que é constituído das duas seguintes paradas apresentadas a seguir:

1^a Parada: Entrada: explicação sobre as características da caverna.

2^a Parada: Janelão: entrada pela boca de cima (sumidouro) e saída pela boca Santo Antônio (ressurgência)

Ainda existe uma proposta de caminhamento, exibida na figura 40.

Figura 40 - proposta de caminhamento no interior da caverna Casa de Pedra.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Plano de Manejo PETAR-SP (p. 490)

Como agora existe a expectativa da reabertura da caverna para visitação de turistas futuramente, oferecendo a devida segurança aos visitantes, seria interessante para a comunidade que alguns de seus membros fossem treinados para oferecer serviços de guias para grupos de visitantes, tal como acontece em Ivaporunduva na Caverna do Diabo. Isso traz aspectos muito positivos pois melhora a experiência dos visitantes e gera oportunidades de renda para a comunidade, sobretudo para os mais jovens, que carecem de opções de trabalho, e muitos acabam se mudando para grandes cidades em busca de novas oportunidades.

c) Vivências caboclas e Remanescentes Históricos

Conforme já mencionado neste trabalho, a região do vale do Ribeira foi marcada por uma intensa atividade mineradora, que teve início logo nos primeiros anos da colonização, devido a isso, em alguns pontos localizados dentro do território, possuem **ruínas do antigo garimpo de ouro Santo Antônio** (fig. 41 e 42), remanescentes históricos de construções e movimentações de terras ligadas às atividades de mineração de ouro que remete aos tempos do início da colonização.

Figura 41 - Remanescentes históricos do lavador de ouro do antigo garimpo Santo Antônio.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 42 - Remanescentes históricos do lavador de ouro do antigo garimpo Santo Antônio.



Fonte: Acervo próprio.

Esses remanescentes históricos ficam próximos à sede da Associação dos Moradores Ribeirão dos Camargo e são de riquíssima importância, pois segundo os moradores, remetem ao tempo do início da colonização brasileira a ao período da escravidão, quando houve intensa atividade mineradora da região. Devido a existência de um lugar com tamanha relevância histórica para a região e para o Brasil, esse é um atrativo histórico que pode ser trabalhado pela comunidade, principalmente por sua localização ser bem próxima do local onde fica a sede da Associação dos moradores, lá estão localizadas algumas casas de moradores da comunidade. Esse local pode ser ainda um atrativo com grande potencial pedagógico, no sentido de levar visitantes de escolas ou universidades com a intenção de contar um pouco da história daquele local, que remete ao início da colonização do Brasil, a fim de que os visitantes vivenciem a experiência de aprender um pouco mais sobre a realidade da época, além de imaginar como eram feitos os trabalhos, podendo observar o que ainda resta de algumas das construções daquele tempo.

Um outro atrativo turístico que pode ser trabalhado pela comunidade, dentro da gestão de sua futura RDS, é o próprio modo de vida tradicional dos caboclos. Devido a sua tradicionalidade, um dos principais atrativos são de ordem cultural e denominadas por eles mesmos como **vivências caboclas**, sendo riquíssimas as experiências que esse intercâmbio de culturas pode proporcionar, tanto para o visitante quanto para o anfitrião. Dentro da concepção de levantar atrativos turísticos da comunidade, o aspecto cultural também deve ter bastante relevância. No sentido de vivência, entende-se que pode ser uma experiência transformadora para ambos os lados. Desde que as partes estejam abertas a conhecer-se, onde os visitantes podem vivenciar o modo de vida e a cultura dessa comunidade tradicional que tem tanto conhecimento sobre esse território.

Nesse sentido podem ser trabalhados diversos aspectos, como observação e participação dos visitantes nas atividades ligadas ao cotidiano dos membros da comunidade, como o manejo da roça, observar como eles fazem uma roça de *coivara*, por exemplo. Isso proporciona ao visitante experiências de vivenciar o conceito do que eles entendem por roça e a forma como trabalham a terra e produzem alimentos, de maneira em que estão totalmente adaptados aos ciclos naturais e de regeneração da floresta local.

O calendário (figura 20), contendo as festividades religiosas relacionadas com as épocas de plantio de cada alimento também pode ser trabalhado dentro dessa perspectiva do TBC. Isso porque são manifestações culturais e religiosas muito adaptadas aos ciclos naturais, e a agricultura tradicional praticada na comunidade Ribeirão dos Camargo, onde podem ser organizados eventos em épocas definidas abordando aspectos de sua cultura, religião e agricultura tradicional.

Outro tema relevante dentro da comunidade é a culinária tradicional, são feitos pelos moradores alguns produtos (fig. 43 a 50) como doces artesanais, garapa, farinha (de mandioca e milho), entre outros, que são confeccionados a partir de alimentos produzidos em suas roças de forma tradicional e orgânica. Alguns desses alimentos também foram lembrados e citados durante conversas e entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, conforme tabela 6. Existe ainda uma casa de farinha no terreiro do sr. Benedito (fig. 44), que pode ser um ponto para se explicar e mostrar ao visitante como é feita a produção de farinha de forma tradicional e serem organizados eventos como farinhada, por exemplo.

Tabela 6 - Lista de produtos artesanais confeccionados pelos moradores da comunidade do bairro Rib. dos Camargo.

Produtos artesanais feitos na comunidade
paçoca, rapadura, melado, doce de laranja, doce de mamão, taiada, pé de moleque, geleia de goiaba, doce de leite, queijos fresco e cozido, doce de banana, doce de abóbora, doce de moranga, biju, cuscuz (arroz e milho), pamonha, bolo, curau, farinha de mandioca, farinha de milho.

Fonte: conversa e entrevista semiestruturada com membros da comunidade.

Figura 43 - moedor de cana movido por tração animal.



Fonte: acervo próprio.

Figura 44 - Sr. Benedito ao lado de sua antiga roda de farinha.



Fonte: acervo próprio.

Figura 45 - Tacho de cobre utilizado para confecção de doces tradicionais.



Fonte: acervo próprio.

Figura 46 - Caldo de cana moído na hora com cana da roça.



Fonte: Acervo próprio

Figura 47 - Sr. Hélio mostrando as formas onde são moldados os doces artesanais.



Fonte: Acervo próprio.

Figura 48 - doce de leite produzido de forma artesanal pelos moradores da comunidade.



Fonte: acervo próprio.

Figura 49 - Sr. Santino servindo caldo de cana colhida e moída na hora.



Fonte: acervo próprio

Figura 50- Pilão tradicional de madeira..



Fonte: acervo próprio

Como a agricultura tradicional é uma das características mais marcantes da comunidade, o comércio de alimentos produzidos nas roças tradicionais,

devidamente ensacados e etiquetados, também pode ser uma fonte de renda para os moradores, sabe-se que são plantados diferentes tipos de arroz, feijão e outros alimentos na comunidade, que dificilmente são encontrados nos grandes centros urbanos. A obtenção e o registro de selos de Indicação Geográfica também pode ser um diferencial e valorizar esses produtos, visto que possuem características produtivas, tanto físicas quanto humanas, que conferem um caráter único para o alimento.

Atualmente existem algumas áreas autorizadas em que os caboclos podem fazer roça de subsistência. Com a implantação da RDS, o manejo do território ficaria mais acessível aos membros da comunidade, podendo eles próprios destinarem uma área para a produção de algum ítem que considerem vantajoso cultivar e comercializar, tal como a comunidade do Ivaporunduva destina uma área para o cultivo de banana orgânica e até mesmo para o manejo de espécies nativas endêmicas e ameaçadas de extinção como é o caso do Palmito Jussara (*Euterpe edulis*).

Em conversas com membros da comunidade, que manifestaram o desejo de construir espaços rústicos para *camping* ao estilo caboclo, em meio a natureza e com estruturas simples. Seria interessante também pensar futuramente em um alojamento ou infraestrutura capaz de abrigar um certo número de visitantes, para ficarem hospedados na comunidade, com a intenção de vivenciar o cotidiano tradicional caboclo, fornecer-lhes alimentação antes e depois das trilhas, de preferência com produtos orgânicos, cultivados e produzidos em suas próprias roças. Alguns moradores também falaram sobre o desejo de trabalhar com passeios a cavalo em trilhas dentro do território da comunidade.

Com todo esse aspecto cultural e de vivências exposto, torna-se claro o quanto é rico o ambiente para excursões pedagógicas escolares e de faculdades, até mesmo para grupos independentes que buscam interagir de forma respeitosa e entender um pouco mais sobre a cultura e o modo de vida dos caboclos, juntando assim um aspecto pedagógico e cultural à atividade turística. Detro dessa perspectiva pedagógica, existe uma grande amplitude de estudos que podem ser feitos a partir de formas interdisciplinares, que podem estudar diferentes recortes do território caboclo por diferentes temáticas, como a histórica, geográfica, ambiental, social, cultural, geológica, entre outras, produzindo assim oportunidades de

desenvolvimento de estudos e trabalhos em diversas áreas do conhecimento científico, enriquecendo a vivência e o aprendizado dos estudantes.

O turismo de observação de animais também vem ganhando cada vez mais espaço no mundo. Devido a grande biodiversidade presente no PETAR, trata-se de um ótimo local para turistas interessados na observação da fauna e flora. Isso porque trata-se de um parque que abriga uma grande diversidade de espécies raras de animais e vegetais, com árvores centenárias. Por ser um dos locais com grande incidência de avistamentos de grandes felinos no Brasil, e devido também ao grande conhecimento que os moradores da comunidade tem sobre a natureza da região, o turismo para observação de fauna e flora também possui um grande potencial e pode ser mais uma alternativa para o desenvolvimento do turismo na comunidade, com a participação e valorização do conhecimento dos saberes locais. Devido ao grande conhecimento que a comunidade detém sobre a região e sua fauna e flora, eles também podem auxiliar e serem importantes parceiros em estudos, pesquisas e trabalhos de monitoramentos de espécies da fauna e flora, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade.

7.2.3 Infraestruturas e capacitações necessárias para implantação do TBC

Como já exemplificado, o bairro rural Ribeirão dos Camargo é um local que tem grande carência de infraestrutura. Para que o TBC seja implantado na comunidade com boas condições de receber seus visitantes, é necessário a construção de algumas infraestruturas de apoio ao TBC na comunidade.

- a) Cozinha comunitária: Para que a comunidade possa ter uma boa capacidade de preparar alimentos típicos, tanto para doces, conservas, quanto para servir aos visitantes no local, é necessária a construção de uma cozinha comunitária. Equipada com pia, mesa, geladeira, freezer, fogão, panelas, liquidificador, batedeiras, facas, talheres, raladores, entre outros utensílios que a comunidade necessita para a produção de alimentos.
- b) Estacionamento: Outra demanda da comunidade para receber seus visitantes com qualidade é a manutenção das vias de acesso e a criação de um local de estacionamento, com capacidade de receber alguns carros e ônibus de viagem, facilitando o acesso de excursões escolares e trabalho de campo de universidades. Dois locais podem ser indicados para a construção desse estacionamento, sendo o primeiro próximo à ponte do Maluf, onde alguns

moradores já guardam seus automóveis, e o segundo próximo à casa da Dona Dirce, onde é caminho para a trilha da Casa de Pedra. É importante que o estacionamento tenha um controle de fluxo feito pela comunidade, com agendamento prévio, para que não extrapole o número de visitantes e cause maiores impactos.

- c) Bangalôs: Para proporcionar que os visitantes possam ter a possibilidade de se hospedarem na comunidade, é necessária a criação de uma estrutura capaz de hospedar certa quantidade de pessoas. Para isso, a construção de bangalôs é algo que pode alinhar uma construção com baixo impacto ambiental e também rústica, combinando com o estilo caboclo em meio a natureza. Podem ser feitos de madeira com a cobertura em duas águas. Dois locais podem ser indicados para a construção dessas estruturas, o primeiro é próximo da antiga sede da associação cabocla, local onde se concentra a maioria das casas dos moradores do bairro, o segundo local pode ser próximo a casa da sra. Dirce, onde é caminho para a trilha da casa de Pedra. O ideal é que sejam construídos próximos à cozinha comunitária e também possuam banheiros coletivos, e o tratamento dos dejetos feito com soluções baseadas na natureza, como jardim filtrante, por exemplo.

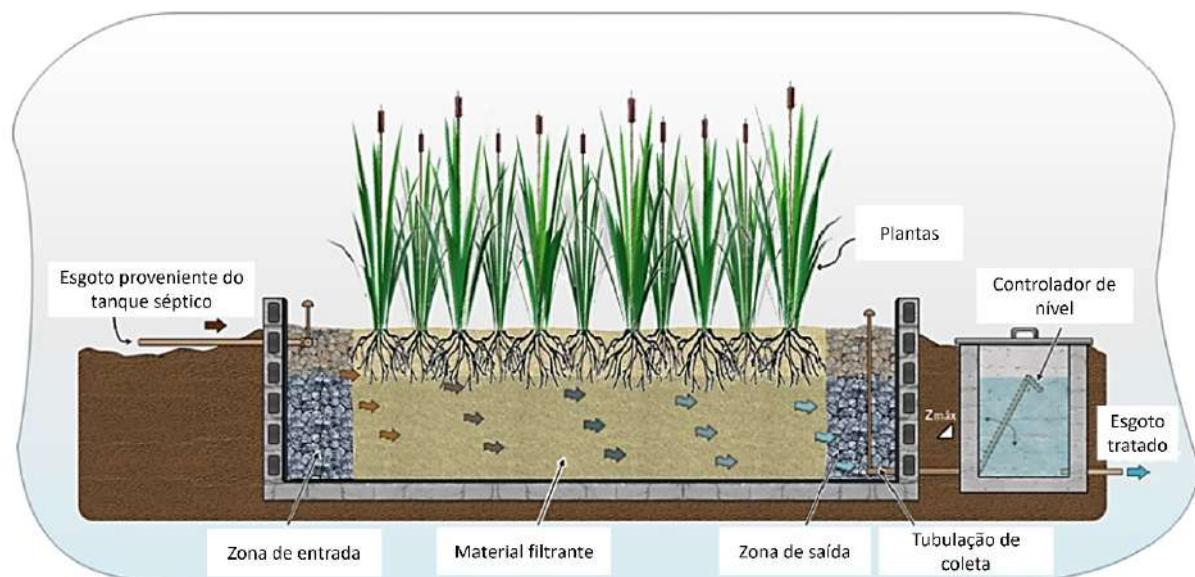
Figura 51 - Exemplo de bangalô rústico.



Fonte: Pinterest, link:

<https://br.pinst.com/renebelini/bangal%C3%B4s/tere>

Figura 52 - Exemplo de jardim filtrante



Fonte: Adapado de Sezerino e Pelissari, 2018, link: <https://www.oaltouruguai.com.br/materia/574/jardins-filtrantes-para-o-tratamento-de-esgoto>

A capacitação dos membros da comunidade com cursos e o planejamento das atividades é algo fundamental para o TBC na comunidade, a seguir são apresentadas algumas capacitações sugeridas:

- Curso de manuseio e conservação de alimentos;
- Curso de guia de turismo de base comunitária;
- Elaboração de plano de gestão de segurança;
- Curso de primeiros socorros em trilhas;
- Curso de espeleoturismo;
- Plano para gestão de resíduos sólidos e soluções baseadas na natureza.

7.2.4 Proposta de Roteiro de TBC - Caminhos Caboclos

Como demonstrado ao longo do trabalho, o turismo tem um grande potencial de se tornar uma alternativa de renda muito importante para a comunidade. Além disso, pode ser uma ferramenta fundamental para a permanência no território, auto afirmação e valorização de seu modo de vida tradicional e de suas riquezas culturais e naturais. Por isso, foi organizada a proposta de um Roteiro de TBC, conforme demonstrado no mapa pictórico da (figura 53), onde foram abordados alguns dos principais atrativos turísticos existentes na comunidade. Esse roteiro já existe, e de

certa forma é praticado dentro da comunidade, no entanto a ideia aqui é organizar e registrar essa atividade pensando em alternativas para aprimorá-la.

Sabe-se por relatos dos moradores, que existem outros atrativos com potencial turístico dentro ou no entorno do território caboclo, como as cavernas Arataca, Placa de aço, Monjolinho 1 e 2, 7 reis, Azuias, Castelo, Morro do Chumbo, cachoeira 7 quedas, a trilha dos Canyons, entre outros. No entanto, não foi possível visitar todos esses locais para este estudo, devido a distância e a dificuldade de acesso de alguns deles, o que demandaria mais tempo e viagens de campo. No entanto, seria muito importante que fossem realizados novos estudos complementares no sentido de pensar em roteiros que envolvessem esses outros pontos também.

O enfoque será para a proposta de um roteiro baseado no etnoturismo, espeleoturismo, ecoturismo e contemplação das belezas naturais do território caboclo. Esse roteiro que pode ser implementado na comunidade, trata-se de um percurso que demora pelo menos dois dias para que seja feito com tranquilidade, devido às distâncias entre os pontos e dificuldade de deslocamento que as trilhas e as travessias dos rios podem apresentar durante o percurso, além do tempo necessário para as vivências junto ao modo de vida da comunidade e para contação de histórias. O percurso se inicia com o visitante entrando pela portaria do Núcleo Casa de Pedra e passa por 9 pontos descritos a seguir:

- **Ponto 1 (roça tradicional sr. Benedito e casa de farinha)** - localizado na área onde fica o terreiro da casa do Sr. Benedito, ao lado direito da guarita de entrada do Núcleo Casa de Pedra, atravessando o Rio pela ponte de madeira, o visitante pode adentrar o espaço onde se localiza a casa e a roça do sr. Benedito, lá é possível observar algumas técnicas de agricultura tradicional praticadas pela comunidade, bem como a casa de farinha, onde é feita a farinha de mandioca e milho, de forma artesanal.
- **Ponto 2 (antiga sede da associação cabocla)** - onde se localiza a antiga sede da associação da comunidade, pela localização estratégica, pode ser um bom local para se pensar em alguma estrutura de recepção dos visitantes, onde guias e membros da comunidade possam contar algumas de suas histórias e sobre o modo de vida da comunidade. Esse espaço também poderia ser utilizado para expor alguns produtos para venda, como doces caseiros, artesanatos diversos ou qualquer outro produto que a comunidade

ache conveniente. Futuramente também poderia ser um local para a comunidade elaborar e servir pratos típicos de comida cabocla, com produtos plantados e colhidos em suas roças tradicionais.

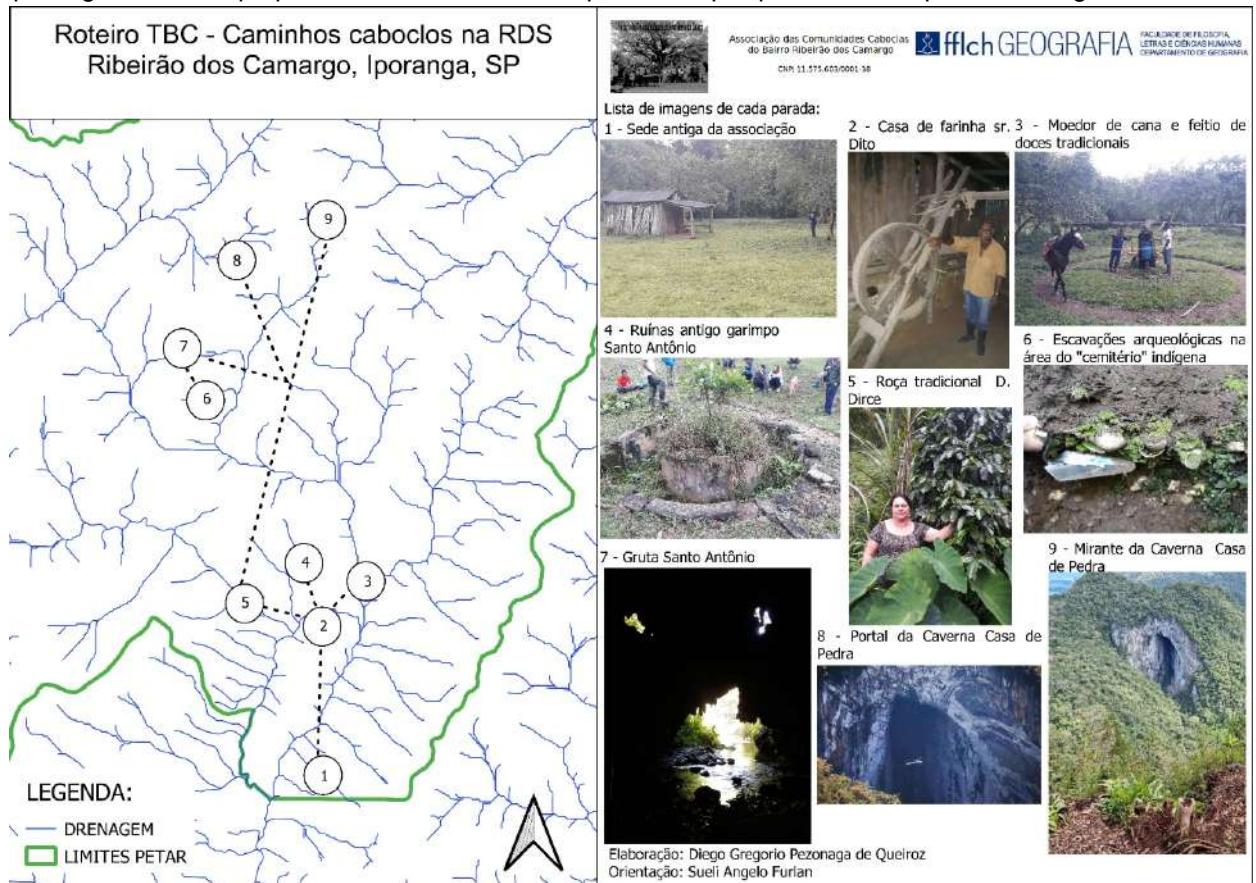
- **Ponto 3 (moenda de cana e feitio de doces)** - nesse local, bem próximo a antiga sede da associação, fica uma antiga moenda de cana, movida por tração animal, onde o visitante pode tomar um caldo de cana moído na hora, bem como visitar os locais onde é feita a preparação de doces artesanais como rapadura, melado, doce de laranja, entre outros, produzidos de forma tradicional.
- **Ponto 4 (ruínas do antigo garimpo de ouro Santo Antônio)** - também localizado muito próximo da antiga sede, trata-se do local onde existem construções remanescentes históricas de sistemas de mineração de ouro que remetem ao tempo do início da colonização brasileira, com estruturas feitas para separar os materiais minerados, o ouro e as pilhas de rejeitos. Nesse local, além de verem os vestígios, os visitantes podem ouvir as histórias dos guias da comunidade, que remetem ao tempo dos primórdios da colonização e da fundação de Iporanga, que inicialmente foi fundada ali mesmo no bairro, com o nome de Arraiá de Santo Antônio. Também é possível observar alguns detalhes das construções e de como as atividades de mineração eram realizadas naquele local.
- **Ponto 5 (roça tradicional sra. Dirce)** - Localizada em um ponto estratégico na trilha de quem vai para Casa de Pedra, mirante, “cemitério” indígena ou gruta Santo Antônio, lá o visitante pode observar aspectos da roça tradicional cabocla da sra. Dirce, onde podem aprender um pouco sobre como é feita a agricultura tradicional cabocla, as espécies que eles plantam, a relação que eles tem com a terra e a floresta, entre outros assuntos que podem ser abordados. Devido sua localização estratégica, seria um bom lugar para instalar um ponto de comercialização de produtos da roça, arroz, feijão, milho, legumes, os doces artesanais, entre outros, bem como podem ser elaboradas refeições, ao estilo caboclo, como café da manhã, sucos naturais, lanches ou almoço, para servir aos visitantes que vão ou voltam das trilhas.
- **Ponto 6 (“cemitério” indígena)** - esse ponto diz respeito ao contexto mortuário indígena, local de grande relevância histórica e arqueológica no território caboclo. É localizado ao lado da ressurgência da Caverna Casa de

Pedra (boca Santo Antônio), seguindo o caminho à esquerda, do outro lado do rio, antes de entrar na caverna, acompanhando o paredão de rochas por alguns metros. No local existem escavações no solo, feitas por arqueólogos, onde é possível observar as camadas de deposição de solo e conchas do megalobulimus. Durante as escavações também foram encontrados ossos humanos nesse lugar, que pode ser utilizado pelo guia para contar aos visitantes um pouco sobre a história dos povos originários, os primeiros habitantes humanos na região e suas formas de sepultamento. Para chegar até o local é necessário percorrer uma trilha de nível médio/difícil, com trechos que cruzam o rio onde alguma vez pode ter correnteza.

- **Ponto 7 (Gruta Santo Antônio)** - local onde encontra-se a ressurgência da Caverna Casa de Pedra, também conhecida como boca Santo Antônio, onde os visitantes podem se deparar com as belezas naturais da própria caverna, que se inicia com um grande salão contendo espeleotemas e o chão cascalhado ao longo do córrego maximiano, vale destacar o formato peculiar, que lembra um rosto um pouco assustador, que pode ser observado por quem está dentro do salão da caverna e olha para o lado de fora. Para chegar até ela, deve-se percorrer a mesma trilha que leva até o “cemitério” indígena.
- **Ponto 8 (portal da Caverna Casa de Pedra)** - voltando pela trilha, os visitantes podem seguir pelo outro caminho da bifurcação, para irem até o portal da Caverna Casa de Pedra, uma das maiores bocas de caverna do mundo, onde podem contemplar as belezas naturais do local, que impressiona pela sua grandiosidade. Vale lembrar que atualmente não é permitida a entrada no interior da caverna devido a questões de segurança.
- **Ponto 9 (mirante do portal da Caverna Casa de Pedra)** - finalizando o roteiro, os visitantes podem fazer a trilha até o mirante da boca da Caverna Casa de Pedra, essa trilha é um pouco mais longa que as demais, mas ali o visitante pode percorrer um bom trecho de mata Atlântica bem preservada e no final contemplar a vista da paisagem do portal da caverna de um ângulo diferente.

Para organizar e apresentar de uma forma mais clara como pode ser feito esse roteiro, foi elaborado um mapa pictórico (figura 53) contendo os respectivos pontos no mapa e suas ilustrações, apresentado a seguir:

Figura 53 - Mapa pictórico de roteiro de TBC - Caminhos caboclos na RDS Ribeirão dos Camargo, Iporanga, SP. O mapa possui as localidades dos pontos no parque e suas respectivas imagens.



Fonte: Elaboração própria

O mapa pictórico (figura 53) pode ser uma ferramenta que possibilita a divulgação, explicação e apresentação de forma prática para os turistas dos atrativos que existem no território caboclo. Portanto, pode ser exposto em local estratégico para recepção dos visitantes permitindo uma melhor apresentação do território aos turistas. Também pode ser utilizado para divulgação na internet e em redes sociais como estratégia de divulgação dos atrativos turísticos que existem no bairro Ribeirão dos Camargo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda comunidade tem o direito de se organizar para planejar e definir sua organização social e econômica, no caso do bairro rural Ribeirão dos Camargo não é diferente. São anos de luta, enfrentando muitas adversidades, visando obter o reconhecimento e a demarcação de seu território, que como foi comprovado pelo estudo do NUPAUB, seus ancestrais estavam naquela região há quase 200 anos atrás. A implantação do parque na década de 50 causou a criminalização do modo de vida tradicional caboclo. Durante algum tempo eles tiveram sérios problemas e precisavam fazer roça para autoconsumo na “ilegalidade”, fato que rendeu multas e infrações ambientais para alguns moradores, isso acabou atrapalhando muito a reprodução do modo de vida da comunidade, pois apesar da criminalização de suas práticas, se imputou a idéia de que seu conhecimento tradicional era errado. Apesar de anos vivendo sob ameaça, por parte do Estado, e de serem expulsos de seu território, a comunidade conseguiu permanecer e ainda conserva muito do conhecimento tradicional caboclo, principalmente com alguns dos moradores mais antigos, que sabem muito sobre as florestas e os sistemas de roça tradicional.

Além de atrapalhar o modo de vida tradicional da comunidade, as restrições sobre o território também afetaram muito a qualidade de vida dessas pessoas. No que diz respeito aos direitos básicos, a comunidade convive até hoje com vias de acesso muito precárias ao seu território, tendo que percorrer longas distâncias em estradas ruins para trabalhar, terem atendimento médico ou para irem à escola, etc. A captação de água e o esgoto também acabam ficando sob responsabilidade dos próprios moradores. Referente à energia elétrica, recentemente houve a instalação de placas solares, o que resolveu o problema da falta de energia elétrica que eles sempre conviveram.

Em 2018, a Fundação Florestal aprovou o Plano de Manejo do PETAR, reconhecendo o território da comunidade Rib. dos Camargo, e na resolução 29 definiu os estudos complementares que devem ser feitos para recategorizar seu território em uma RDS. A comunidade em parceria com o NUPAUB realizou estudos sobre o seu território e encaminhou para a Fundação, no entanto não obteve resposta sobre a criação da RDS. A demora do processo de reconhecimento e demarcação da RDS tem sido um problema, que causa grandes dificuldades para a

comunidade. Isso porque a falta de regularização de suas terras, implica em restrições no uso, como certas proibições para agricultura e pequenas criações de animais, que acabam necessitando de autorização da administração do parque para que possam ser feitas.

Uma vontade antiga da comunidade é poder trabalhar o Turismo de Base Comunitária dentro de seu território, visando a oportunidade de compartilhar com os visitantes seus aspectos culturais, modo de vida tradicional e as belezas naturais de seu território. Mas a falta de regularização também dificulta o desenvolvimento dessa atividade pela comunidade, por gerar incertezas nas pessoas acerca da viabilidade de seu futuro em suas terras, por isso a demora na demarcação da RDS dificulta o planejamento e execução de atividades econômicas pelos moradores do bairro Ribeirão dos Camargo em seu território.

Considerando a quantidade de atrativos turísticos, de ordem cultural ou natural que a comunidade possui, além da vontade que eles têm de trabalhar o turismo, é evidente que existe um grande potencial para se trabalhar essa atividade dentro do território caboclo. A atividade turística pode gerar renda e trazer valorização cultural, no entanto, deve-se ter cuidado para que não gere outros tipos de transtornos aos moradores, nem descaracterize a cultura e o modo de vida tradicional da comunidade, que é baseado na agricultura que se utiliza da técnica da chamada roça itinerante. Por isso é importante se pensar em uma estratégia de turismo que esteja alinhada com a proposta da RDS cabocla e não somente o turismo convencional ou turismo de massa comercial, que pode trazer certos problemas para a comunidade como perturbação, violência, drogas, prostituição, etc.

Por todas essas peculiaridades, o Turismo de Base Comunitária é a proposta mais indicada para se trabalhar na futura RDS, isso porque coloca a comunidade como protagonista, valorizando sua cultura e modo de vida, além de promover uma interação com vivências enriquecedoras tanto para os turistas quanto para a comunidade. Viagens pedagógicas de escolas e universidades são atividades que estão dentro dessa perspectiva da troca entre culturas, das vivências, que se interessa e pode explorar a grande quantidade de histórias que ocorreram naquele local, que remetem a tempos do início da colonização pelos europeus e quando aqui habitavam somente os povos originários. Devido a toda essa complexidade e particularidade da comunidade, suas riquezas culturais e naturais, existe uma série de trabalhos e estudos que podem ser feitos em seu território durante um trabalho

de campo, o que pode variar de acordo com o interesse de cada disciplina e o enfoque que se quer direcionar ao longo do estudo do meio.

Considerando que vivemos em uma época onde grande parte da agricultura convencional se utiliza intensamente de monocultura, agrotóxicos e transgênicos, que são oferecem um alto risco à saúde das pessoas. Portanto, como demonstrado pelo método da listagem, os moradores do bairro ainda manejam muitas variedades de verduras, legumes, cereais e frutas, de forma orgânica, que podem ser consideradas resultado da relação entre a planta, o ambiente e o ser humano. O conhecimento sobre espécies vegetais, cultivadas ou do mato, na produção de alimentos e remédios também é um muito relevante dentro da comunidade e carece da realização de mais estudos, pois devido às dificuldades de se obter atendimento médico convencional, muitas vezes são os próprios moradores que têm que se curar quando possuem alguma doença ou mal estar, utilizando-se de receitas caseiras com plantas medicinais que crescem em suas roças ou na floresta.

Durante os relatos dos moradores mais velhos, sobre as espécies que são cultivadas pela comunidade, eles afirmam que algumas variedades crioulas, como é o caso do milho branco, por exemplo, estão enfraquecendo ou se perdendo. Isso pode se tornar um problema para a segurança alimentar da comunidade, que possui uma relevante agrobiodiversidade. A organização e participação em atividades que promovam a troca de sementes crioulas com outras comunidades tradicionais, e o aprofundamento de estudos sobre a agrobiodiversidade de suas roças trariam grandes contribuições para manter ou aumentar essa abundância de espécies de alimentos que eles conseguem produzir, podendo até resgatar algumas variedades crioulas que eles já chegaram a cultivar no passado e atualmente se perdeu.

Outro problema que vem causando grandes incertezas é a questão da concessão do PETAR à iniciativa privada, processo que foi iniciado em 2021, com grandes falhas na comunicação com os povos afetados. A falha na comunicação e a surpresa percebida na maneira como o governo do Estado conduziu o processo, gerou muita insegurança e dúvidas sobre as comunidades que serão afetadas direta ou indiretamente nesse processo. No entanto, a concessão também gerou grande mobilização em diversos setores da sociedade civil, que se organizaram para juntar forças e se manifestar, inclusive nas audiências públicas que foram realizadas durante o processo, mobilizando moradores de comunidades tradicionais, guias

turísticos, donos de pousadas e restaurantes da região e demais membros da sociedade que foram contrários à concessão.

Inicialmente, no modelo de concessão proposto em 2021, a caverna Casa de Pedra não fazia parte do plano. No entanto, recentemente foi publicado o chamamento público 008/23 para cadastramento e autorização para o exercício de atividade comercial de espeleoturismo na Caverna Casa de Pedra (roteiros travessia e Santo Antônio - Krone). Esse fato afeta diretamente a comunidade, causando incertezas a respeito de como será essa relação da futura empresa que irá administrar a caverna. Como essa concessão pode afetar o planejamento de TBC que a comunidade pretende organizar? Essa ainda é uma questão um pouco incerta, que precisa ser discutida detalhadamente com a Fundação Florestal. Percebe-se que a comunidade tem a intenção de que a atividade turística não esteja restrita a levar os turistas para visitar as cavernas, mas que também exista uma alternativa que possibilite a vivência junto ao modo de vida tradicional caboclo e a valorização de suas manifestações culturais.

Existe o receio de que uma empresa ou agência de turismo de fora, com mais recursos materiais e financeiros acabe tomando conta dos atrativos turísticos do bairro, e os membros da comunidade tornem-se apenas prestadores de serviços para um agente externo, que pode controlar todo o potencial turístico de seu território. Portanto, para que essa atividade seja realmente transformadora e traga empoderamento e desenvolvimento social para a comunidade, sem descharacterizar seu modo de vida caboclo, é muito importante que a gestão do território seja feita pela própria comunidade de forma participativa por meio de associação ou cooperativa, como ocorre em outras comunidades. Isso não exclui parcerias com universidades, outras instituições públicas ou privadas na gestão do território, mas dá autonomia para que a eles escolham os próprios rumos que pretendem traçar dentro de seu território, visando sempre a valorização da sua cultura e de suas riquezas naturais. Como explicitado diversas vezes neste trabalho, a estratégia escolhida pela comunidade é a demarcação da RDS, fato já reconhecido pela Fundação Florestal no Plano de Manejo do PETAR. Isso possibilitará que eles tenham o controle e a gestão de seu território de forma sustentável, tanto na atividade da agricultura, quanto no turismo, para que não fiquem reféns de pessoas ou empresas que visam diretamente o lucro, sem se importar verdadeiramente com o desenvolvimento social da comunidade e preservação da sua cultura.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHL, M. Dimensão cultural do turismo étnico. In: ANSARAH, M. G. dos R.; PANOSO NETTO, A. (Orgs.). **Segmentação do mercado turístico, estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2009.

BERRINI, C. I. **A produção da “Natureza Conservada” na Sociedade Moderna: uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP**. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2015

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**, Brasília, DF: Senado, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Sistema Agrícola Tradicional do Vale do Ribeira pode ser tornar Patrimônio Cultural do Brasil**. Setembro, 2018

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Portaria 375**. Brasilia, setembro, 2018.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitárias em Unidades de Conservação Federais: Caderno de Experiências**. Brasilia, DF, ICMBio-MMA, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo - **Glossário do Turismo**. disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/882-a.html>

BRASIL. **Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000**. Casa Civil, Presidência da República, Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério do Turismo, **Dinâmica e Diversidade de Turismo de Base Comunitária - Desafio para a formulação de política pública**. Coordenação Geral de Projetos de Estruturação de Turismo em Áreas Priorizadas - CGPE, Brasília, 2010.

DIEGUES, A. C.. **Estudo para subsidiar a proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável das comunidades caboclas do bairro Ribeirão**

dos Camargo (Iporanga-São Paulo) como parte do mosaico de Paranapiacaba.
Iporanga: NUPAUB, 2014

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Hucitec, 1996

DIEGUES, A. C. *et al.* **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**, São Paulo - NUPAUB, 2000.

FOOTE-WHITE, Willian. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização: “Do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand BRASIL, 2004

IDSM. Plano de Gestão Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá RDSM. Tefé, 2010.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina: genesis características e políticas.** In: BARTHOLO, R. ; SANSSOLO, D. BURSZTYN, I. (orgs.) *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. pp. 25-44.

MARTINS, A. B. M.. **A experiência do turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo: análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento.** São Paulo, 2015.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educ. Pesqui. 2004, vol.30, n.2.

MEDEIROS, J. P.; BORGES, D. F. **Participação cidadã no planejamento das ações da EMATER-RN.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 63-81, jan./fev. 2007.

NAKASHIMA, MR (2017). **O PETAR: geografia, contradições e desenvolvimento.** Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

NAYYAR, D. **Mundialización e estratéгias de desarrollo: mesa redonda de alto nível sobre comercio y desarrollo: orientaciones para el siglo XXI**, X UNCTAD. Bangkok: Naciones Unidas, 2000.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é Desenvolvimento Humano**.

PORTO, N. P., PROENÇA, A. R. G. B. **Análise do Turismo Comunitário Na Comunidade Indígena Nova Esperança, RDS Puranga Conquista (AM)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, 2019.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna**. 5^a Ed. Ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de Manejo PETAR**. São Paulo. Maio, 2018

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira**. Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 2003.

SANTOS, K. M. P., GARAVELHO, M. E. P. E. **Uma Análise Agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da RDS Quilombos Barra do Turvo**. Santa Cruz do Sul, 2016.

WWF - Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF - Brasil, 2003.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós global**. Tradução de Michel Thiolent. Rio de Janeiro: DP e A. Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.